

ISSN 2318-2377



**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 667**

**O LONGO CAMINHO DA DIVERSIDADE À DESIGUALDADE  
UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS GERAIS**

**Marcelo Magalhães Godoy  
Mario Marcos Sampaio Rodarte  
Clotilde Andrade Paiva**

**Março de 2024**

## Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida (Reitora)  
Alessandro Fernandes Moreira (Vice-Reitor)

### Faculdade de Ciências Econômicas

Kely César Martins de Paiva (Diretora)  
Anderson Tadeu Marques Cavalcante (Vice-Diretor)

### Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)

Frederico Gonzaga Jayme Jr (Diretor)  
Bernardo Palhares Campolina Diniz (Vice-Diretor)

Paula de Miranda Ribeiro (Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Demografia)

Rafael Saulo Marques Ribeiro (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia)

Bernardo Lanza Queiroz (Chefe do Departamento de Demografia)

Ulisses Pereira dos Santos (Chefe do Departamento de Ciências Econômicas)

### Editores da série de Textos para Discussão

Aline Souza Magalhães (Economia)  
Adriana de Miranda-Ribeiro (Demografia)

### Secretaria Geral do Cedeplar

Maristela Dória (Secretária-Geral)

<http://www.cedeplar.ufmg.br>

## Textos para Discussão

A série de Textos para Discussão divulga resultados preliminares de estudos desenvolvidos no âmbito do Cedeplar, com o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários e críticas da comunidade científica antes de seu envio para publicação final. Os Textos para Discussão do Cedeplar começaram a ser publicados em 1974 e têm se destacado pela diversidade de temas e áreas de pesquisa.

Ficha catalográfica

G589p	O longo caminho da diversidade à desigualdade: um ensaio de interpretação da formação histórica de Minas Gerais / Marcelo Magalhães Godoy, Mario Marcos Sampaio Rodarte, Clotilde Andrade Paiva. - Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR, 2024. 45 p.: il., (Texto para discussão, 667) Inclui bibliografia. ISSN 2318-2377 1. Minas Gerais – Condições econômicas. 2. Minas Gerais - História. I. Rodarte, Mario Marcos Sampaio. II. Paiva, Clotilde Andrade. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título. V. Série. CDD: 330.98151
-------	---

Elaborado por Adriana Kelly Rodrigues CRB-6/2572  
Biblioteca da FACE/UFMG. – AKR/097/2024

As opiniões contidas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas ou da Universidade Federal de Minas Gerais. É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

*Opinions expressed in this paper are those of the author(s) and do not necessarily reflect views of the publishers. The reproduction of parts of this paper or data therein is allowed if properly cited. Commercial and full text reproductions are strictly forbidden.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**O LONGO CAMINHO DA DIVERSIDADE À DESIGUALDADE  
UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>**

**Marcelo Magalhães Godoy**

UFMG

**Mario Marcos Sampaio Rodarte**

UFMG

**Clotilde Andrade Paiva<sup>2</sup>**

UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG**

**BELO HORIZONTE**

**2024**

---

<sup>1</sup> Este escrito compreende versão revista e ampliada de capítulo, com o mesmo título, do livro *Orbe e encruzilhada: Minas Gerais 300 anos*, publicado pela Editora da UFMG no final de 2020.

<sup>2</sup> Os autores são coordenadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	7
2. O modelo da economia do ouro .....	7
<u>    </u> Polarização e integração macrorregional .....	7
3. Transição do sistema escravista .....	11
<u>    </u> Dispersão e diferenciação espacial.....	11
4. O modelo da economia mercantil escravista de gêneros básicos de subsistência .....	13
<u>    </u> Multiplicação dos polos e diversidade inter-regional.....	13
5. Transição para economia regional periférica .....	18
<u>    </u> Desigualdade inter-regional e reação desenvolvimentista .....	18
6. O modelo da economia regional periférica .....	26
<u>    </u> Elites modernas e crescimento sem equidade .....	26
Referências .....	37

## RESUMO

A formação histórica de Minas Gerais distingue-se por heterogeneidade estrutural como eixo mais importante, com identidade indissociável de diversidade que despontou no período colonial, que se consolidou no período imperial e que no período republicano converteu-se em desigualdade. No século XVIII, a economia do ouro respondeu por polarização que transcendeu o espaço da capitania, promoveu o primeiro processo de integração macrorregional do País e impulsionou o mais expressivo movimento migratório e de crescimento populacional da Colônia. No século XIX, em Minas Gerais se estruturou o maior sistema escravista regional do Império, se sustentaram taxas elevadas de crescimento populacional e verificou-se grande expansão da fronteira agrícola em todas as direções geográficas da província. No século XX e início do século XXI, um conjunto de vicissitudes atrofiaram as transformações que, desde a segunda metade do século XIX, convergiam para transição em direção a sistema econômico regional avançado, e conduziram Minas Gerais à posição periférica na divisão inter-regional do trabalho e de maior reservatório de população emigrante do Brasil, bem como fraturou o território do estado segundo múltiplas polarizações externas que se sobrepuseram ao polo belo-horizontino. Nos termos sintetizados em Linha do Tempo, propõe-se periodização ancorada na prevalência de três modelos de economia regional e dois períodos de transição, que responderam pela dinâmica do crescimento econômico e demográfico de Minas Gerais.

*Palavras-chave:* Minas Gerais; séculos XVIII a XXI; modelos de economia regional; diversidade e desigualdade; formação regional escravista; integração periférica no capitalismo periférico; crescimento econômico sem equidade.

*Classificação JEL:* N16; N26; N36; N46; N56; N76; N96; R23; R58.

## ABSTRACT

The historical formation of Minas Gerais stands out for its structural heterogeneity as its most important axis, with indissociable diversity that arose in the colonial period, which consolidated in the imperial period and turned into inequality in the republic. In the XVIII century, the gold economy translated to polarization that transcended the capitancy space, promoting the first process of macro regional integration of the country and propelled the most expressive migrational process and population growth of the Colony. In the XIX century, the biggest regional slave system of the Império was structured in Minas Gerais, the elevated populational growth rates were sustained and there was a great expansion of the agricole frontier in all the geographic directions of the province. In the XX century and in the beginning of the XXI century, a conjecture of changes atrophied the transformations that, since the second the second half of the XIX century, converged to the transition to a advanced economic system, and conducted Minas Gerais to a peripheral position in the inter-regional division of work and the biggest reservoir of immigration population of Brazil, as well as fracturing the territory of the state following multiple external

polarizations that overlapped to the belo-horizontino pole. In the synthesised terms of timeline, it is proposed periodization in the prevalence of three regional economic systems and two periods of transition, that justified the dynamic of the economic and demographic growth of Minas Gerais.

*Keywords:* Minas Gerais; centuries XVIII to XXI; regional economic models; diversity and inequality; slave system regional formation; peripheral integration in the peripheral capitalism; unequal economic growth.

## 1. INTRODUÇÃO

A formação histórica de Minas Gerais distingue-se por heterogeneidade estrutural como eixo mais importante, com identidade indissociável de diversidade que despontou no período colonial, que se consolidou no período imperial e que no período republicano converteu-se em desigualdade. No século XVIII, a economia do ouro respondeu por polarização que transcendeu o espaço da capitania, promoveu o primeiro processo de integração macrorregional do País e impulsionou o mais expressivo movimento migratório e de crescimento populacional da Colônia. No século XIX, em Minas Gerais se estruturou o maior sistema escravista regional do Império, se sustentaram taxas elevadas de crescimento populacional e verificou-se grande expansão da fronteira agrícola em todas as direções geográficas da província. No século XX e início do século XXI, um conjunto de vicissitudes atrofiaram as transformações que, desde a segunda metade do século XIX, convergiam para transição em direção a sistema econômico regional avançado, e conduziram Minas Gerais à posição periférica na divisão inter-regional do trabalho e de maior reservatório de população emigrante do Brasil, bem como fraturou o território do estado segundo múltiplas polarizações externas que se sobrepuseram ao polo belo-horizontino. Nos termos sintetizados em Linha do Tempo, propõe-se periodização ancorada na prevalência de três modelos de economia regional e dois períodos de transição, que responderam pela dinâmica do crescimento econômico de Minas Gerais.

### Linha do tempo da Formação História de Minas Gerais

<b>Modelo da Economia do Ouro</b> <i>Polarização e Integração Macrorregional</i>			<b>Transição do Sistema Escravista</b> <i>Dispersão e Diferenciação Espacial</i>	<b>Modelo da Economia Mercantil Escravista de Gêneros Básicos de Subsistência</b> <i>Multiplicação dos Polos e Diversidade Inter-regional</i>		<b>Transição para Economia Regional Periférica</b> <i>Desigualdade Inter-regional e Reação Desenvolvimentista</i>	<b>Modelo da Economia Regional Periférica</b> <i>Elites Modernas e Crescimento sem Equidade</i>		
Ciclo da Formação	Ciclo da Consolidação	Ciclo do auge e início da crise		Ciclo da Consolidação	Ciclo do auge e início da crise		Ciclo Desenvolvimentista	Interciclos de Transição	Ciclo Neoliberal
1700			1800			1900		2000	
Final do século XVII e 1ª quadra do século XVIII	2ª quadra do século XVIII	3ª quadra do século XVIII	4ª quadra do século XVIII e 1ª quadra do século XIX	2ª quadra do século XIX	3ª quadra do século XIX	4ª quadra do século XIX e 1ª quadra do século XX	1930 – 1980	Década de 1980	1990 – 2020

## 2. O MODELO DA ECONOMIA DO OURO POLARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO MACRORREGIONAL

A formação natural do espaço que compreenderá o território de Minas Gerais é o primeiro fundamento da diversidade. Espaço seccionado por múltiplos ecossistemas, por variadas formas do relevo e por hidrografia complexa, que definiram a vigência, modulada no tempo, de determinismo geográfico. A formação natural não guardava sentido algum de unidade geográfica.

A floresta tropical úmida contrastava com os dominantes ecossistemas do cerrado e com a mediação de formas de transição, como os campos de altitude. Cadeias montanhosas definiam fortes desnivelamentos topográficos e demarcavam descontinuidades, como a Mantiqueira e o Espinhaço. Os cursos d'água conformavam bacias hidrográficas com orientação plural (Ab'Sáber, 1960).

Com grande diversidade étnica, povos originários apropriaram-se do espaço que compreenderá a capitania de Minas Gerais, com maior adensamento nas matas do Leste. Entre os séculos XVI e XVII, confrontaram as incursões pioneiras de reconhecimento e de exploração, suportaram a recorrência do apresamento e da escravização, e presenciaram os ensaios da prospecção mineral que precederam os grandes descobertos auríferos do final do Seiscentos. Entre a Colônia e o Império, políticas de Estado responderam pela assimilação cultural e social, comumente por meio de formas de trabalho compulsório, e pelo genocídio de grupos resistentes, inclusive com guerras de extermínio inscritas na legislação. Falta consistência para as evidências demográficas sobre os povos indígenas de Minas Gerais antes do século XX, e os dados indiretos e as avaliações impressionistas favoreceram a invisibilidade quanto à participação na estrutura populacional (IBGE, 1987; Resende, 2007b).

Dividido em três ciclos, o *modelo da economia do ouro* compreende o primeiro período da formação histórica de Minas Gerais. *Ciclo da formação*, a compreender o final do século XVII e a primeira quadra do século XVIII, com os seguintes vetores: grande imigração, produção aurífera ascendente, início de integração macrorregional, estruturação de rede de cidades, imposição do Estado português e dependência externa. *Ciclo da consolidação*, a abarcar a segunda quadra do século XVIII, com os seguintes vetores: persistência da imigração, extração diamantífera em acréscimo a produção aurífera, auge da integração macrorregional, diversificação produtiva, redução da dependência externa, consolidação de rede de cidades e primórdios de diferenciação regional interna a capitania. *Ciclo do auge e início da crise*, a abranger a terceira quadra do século XVIII, com os seguintes vetores: pico da produção mineral e início de inflexão descensional, arrefecimento da integração macrorregional, aprofundamento da diversificação produtiva, dependência externa restrita ao consumo conspícuo e de bens não passíveis de substituição, auge da rede de cidades mineradoras e suas conexões com a agropecuária de abastecimento, consolidação da diferenciação regional e início da reconversão produtiva.

Nos primórdios do conhecimento e exploração dos espaços que compreenderão o *complexo da mineração*, simultaneamente empreendiam-se a redução de índios à escravidão, a prospecção de metais e pedras preciosas e a expansão da pecuária sertaneja do Nordeste. Vigorava percepção difusa do espaço, sem apoio em suporte cartográfico consolidado e abrangente do que será o território da capitania. Entretanto, seria discernível incipiente compreensão da diversidade da formação natural, segundo o caráter periférico ou subsidiário inerente a esta formação regional da América portuguesa antes do século XVIII. As incursões apresadoras e de pesquisa mineral delinearão rotas de penetração e forjaram as primeiras visões do que corresponderia a pré-história de Minas Gerais. A criação de animais, Rio São Francisco acima, conformou o primeiro

movimento de sedentarização, vinculado, originalmente, ao *complexo do açúcar* nordestino (Prado Júnior, 1942; Furtado, 1959; Resende, 2007a; Andrade, 2008).

A exploração colonial presidiu a formação do território. Transposta a fase pioneira, entre os últimos anos do século XVII e os primeiros anos do século XVIII, o pacto colonial definiu os fundamentos e a consolidação da economia do ouro. Não sem resistências e experimentos frustrados, alcançou-se fórmula dinâmica de dominação da região pela Metrópole e assegurou-se no longo prazo a extração e transferência do excedente colonial. As clivagens, no tempo e no espaço, da dominação portuguesa em Minas Gerais não alteraram o sentido monolítico do peso dos direitos reais que recaíam sobre as mais diversas esferas da produção, circulação e consumo (Prado Júnior, 1942; Furtado, 1959).

O *rush* do ouro impulsionou a partida do primeiro processo efetivo de interiorização da colonização, respondeu pela estruturação de novas formações regionais, resultou em grande expansão territorial, promoveu redistribuição espacial da população, induziu a multiplicação das fontes africanas de escravos, e suscitou inédita imigração de reinóis. No transcurso do século XVIII, a população colonial saltou de 300 mil para 3,3 milhões de habitantes, e Minas Gerais respondia no final do século pelos maiores contingentes de população livre e escrava da América portuguesa (Prado Júnior, 1942; Holanda, 1960; Russell Wood, 1999).

A rigidez e polarização da estrutura social da Colônia conheceram modificações decorrentes de uma série de fatores singulares a economia e sociedade da mineração. A especificidade de bem colonial com função de equivalente universal, o estágio técnico rudimentar, o padrão desconcentrado da extração aurífera, o caráter urbano da produção e reprodução social, o vigoroso crescimento de atividades de mercado interno, entre outros aspectos, explicam o surgimento e consolidação de setores intermediários, a maior mobilidade e estrutura sócio-demográfica com aspectos originais (Holanda, 1960; Russell Wood, 1999; Paula, 2000; Monte-Mór, 2001).

Os movimentos migratórios, os indicadores vitais, a estrutura etária, a composição segundo a condição social, entre outros aspectos demográficos, variaram segundo os ciclos econômicos de uma formação regional polarizada pelas atividades extrativas minerais. Caracteristicamente aberta, e não apenas pela regularidade do tráfico internacional de escravos, a população também cresceu pelo influxo de colonos e reinóis imigrantes. O crescimento vegetativo sobre base populacional gradualmente alargada completou a dinâmica que conduziu a ruptura com o padrão anterior de concentração demográfica no litoral. Predominava a população de cor, consequência da massiva introdução de africanos e da miscigenação (Costa, 1981; Luna, 1981; Costa, 1982).

O *modelo da economia do ouro* compreendeu em seu núcleo um sistema escravista de mercado externo. No período, os metais e pedras preciosas se constituíram, direta e indiretamente, na principal fonte de receitas da Coroa. O ouro de Minas Gerais integrou Portugal em importantes transformações políticas e econômicas da Europa do século XVIII. As relações comerciais assimétricas entre Portugal e Inglaterra, chanceladas pelos tratados firmados desde meados do século XVII e renovados seguidamente, resultaram na drenagem de parcela muito significativa

do ouro da Colônia, decorrente dos déficits sistemáticos da balança comercial e de serviços, conduziram Portugal à posição de potência periférica, e desempenharam importante papel nos âmbitos geopolítico e geoeconômico associados à construção da hegemonia britânica no sistema interestatal europeu setecentista. Por meio de peculiares relações econômicas e diplomáticas entre Portugal e Grã-Bretanha, o ouro brasileiro apresentou-se estratégico para financiar a guerra, para a realização do comércio internacional e para organizar o sistema monetário e creditício. Portugal restará dependente da Inglaterra nos planos econômico, comercial, financeiro, jurídico e militar (Pinto, 1979; Batista, 2019).

Na maior parte do século XVIII, observou-se movimento migratório de caráter centrípeto, sustentado pelas múltiplas correntes de imigrantes da Colônia e da Metrópole e pela importação massiva de escravos africanos, associado à polarização exercida pela mineração do ouro e de pedras preciosas, que apresentava grande concentração espacial no centro da capitania. As atividades extrativas minerais ensejaram original processo de urbanização na América portuguesa. Por decorrência, promoveram o crescimento do mercado interno colonial. As atividades agrícolas e de transformação conheceram diversificação, pelo surgimento de inédita demanda por uma série de bens e serviços inexistentes ou de insuficiente produção. O abastecimento procedente de mercados externos à capitania, imperativo no *ciclo da formação*, será gradualmente deslocado com o crescimento do abastecimento ancorado em atividades internas. Nos ciclos seguintes, a internalização da produção dinamizou a agropecuária, impulsionou a expansão da fronteira agrícola e deu corpo a diferenciação regional interna à capitania (Zemella, 1951; Chaves, 1999; Furtado, 1999; Meneses, 2000; Silva, 2008; Fonseca, 2011).

Escravos, a mão de obra fundamental da mineração e da agropecuária mercantil, mulas de tropa, meio de transporte imprescindível na circulação interna e externa, e derivados da cana de açúcar, alimentos que compunham a cesta de consumo básica dos mineiros, são paradigmáticos de três distintas dinâmicas dos mercados abastecedores de Minas Gerais. O suprimento de escravos pelo tráfico internacional era a mais importante continuidade da dependência do abastecimento externo, associada à impossibilidade de reprodução simples ou ampliada dos plantéis, pela prevalência de regime demográfico estruturalmente adverso, que repunha persistentemente o dinamismo do comércio de cativos a partir de mercados africanos. A criação e exportação de muares provenientes do Extremo-Sul são exemplares do abastecimento externo parcialmente resiliente a substituição de importações, mesmo com o surgimento e crescimento da criação de mulas na capitania, que atenderá parte da demanda por animais de carga. Desde o início do século XVIII, a implantação e difusão do cultivo e transformação da cana de açúcar em Minas Gerais não apenas promoveram a progressiva substituição do açúcar e aguardente importados, bem como, no final do período, supriram a demanda interna e sustentaram a exportação de excedentes para outras capitanias (Costa Filho, 1963; Luna, 1981; Costa, 1982; Suprinyak, Restitutti, 2006).

Como imperativo, um conjunto de atividades complementares e subsidiárias integravam o *complexo da mineração* desde o *ciclo da formação*. Agropecuária, agroindústria, artes e ofícios, serviços mercantis, empresas de transporte, entre outras, compunham universo de setores e

subsetores econômicos funcionais à extração do ouro e pedras preciosas. A redução da dependência externa, pela internalização da produção de bens e serviços importados, impulsionou gradual processo de diferenciação interna. Delineou-se o prelúdio de individualização de regiões de Minas Gerais, com a especialização da estrutura econômica e a assumir traços de dessemelhança quanto à estrutura demográfica (Costa, 1982; Carrara, 2007; Guimarães, Reis, 2007).

Entre o *ciclo da formação* e o *ciclo da consolidação*, Minas Gerais polarizou a maior parte das economias regionais da Colônia e promoveu o primeiro processo de integração macrorregional. Rompeu-se parcialmente o isolamento de grande parte das formações regionais da América portuguesa, que passaram a desempenhar funções de mercados provedores do abastecimento mineiro. São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Extremo-Sul, região do Rio da Prata hispânica, Europa, feitorias africanas e do Oriente conformaram extensa rede mercantil, com conexões intercontinentais. Entre o *ciclo da consolidação* e o *ciclo do auge e início da crise*, arrefeceu a polarização da economia do ouro, com a sedimentação de grande conjunto de atividades de mercado interno em Minas Gerais, e verificaram-se os primeiros movimentos da transição de sistema escravista regional de mercado externo para sistema escravista regional de mercado interno (Zemella, 1951; Monte-Mór, 2001).

A centralidade das funções político-administrativas orientadas para a maior eficiência da exação fiscal e para a coibição da sonegação e contrabando conduziu o Estado português a uma série de condicionamentos do processo de territorialização de Minas Gerais. O fiscalismo interditou espaços, impôs restrições à circulação e tentou impedir a disseminação de determinadas atividades (Holanda, 1960; Costa Filho, 1963; Russell-Wood, 1999).

A administração portuguesa em Minas Gerais prescindiu de qualquer diretriz sistêmica relativa à política de transportes. A Coroa pautou as ações no campo da infraestrutura viária para atender a circulação inscrita na lógica da exploração colonial, como na abertura do Caminho Novo, que reduziu o tempo do deslocamento entre o interior e o litoral, como na interdição da abertura de caminhos no Leste de Minas Gerais, para impedir a multiplicação das rotas de comunicação com o litoral que favoreceria o descaminho de metais e pedras preciosas, assim como, e no mesmo sentido, a proibição da circulação no Caminho do São Francisco (Caminho Geral do Sertão), que comunicava a Bahia com Minas Gerais. (Prado Júnior, 1942; Resende, 2007a; Espindola, 2008).

### **3. TRANSIÇÃO DO SISTEMA ESCRAVISTA DISPERSÃO E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL**

O período entre a última quadra do século XVIII e a primeira quadra do século XIX compreende a transição do sistema escravista de mercado externo, em decomposição, para sistema escravista de mercado interno, em formação. As condicionantes do contexto da crise do antigo sistema colonial são imprescindíveis à compreensão do período. A reação conservadora do

movimento da Viradeira traduziu-se no recrudescimento do fiscalismo, ante a miopia do Estado português em reconhecer o caráter irreversível da crise da mineração. A ruptura do pacto colonial, com a transferência da Corte portuguesa, favoreceu o sentido da transição em curso, por dinamizar as atividades de mercado interno (Novais, 1983; Lenharo, 1979; Guerzoni Filho, 1983; Paula, 2000).

Lento declínio da produção aurífera e simultânea reconversão produtiva definiram o caráter de transição de longo prazo para um novo modelo de economia regional. A tese historiográfica da decadência de Minas Gerais coaduna-se com movimento histórico de desestruturação de modelo alinhado com a hegemônica orientação primário-exportadora, e em consonância com a predominante percepção dos contemporâneos, colonos e metropolitanos. No entanto, a formação de novo modelo deve ser entendida como resposta pressentível para os coevos, ante os fatos do esgotamento do ouro aluvional e dos limites técnicos para a manutenção dos patamares de produção (Iglésias, 1964; Linhares, 1979; Guerzoni Filho, 1983; Paula, 2000).

Na transição do sistema escravista observou-se movimento de caráter centrífugo, portanto, no sentido contrário do movimento de caráter centrípeto que vigorou no período anterior. Não apenas arrefeceram as correntes migratórias e as importações de escravos impulsionadas pela polarização exercida pela mineração, em decomposição irrefreável, como ganhou corpo a dispersão de parte da população urbana do centro em direção à periferia da capitania. A desagregação do complexo da mineração alterou o caráter do processo de espraiamento espacial de atividades que se constituíram originalmente como subsidiárias e complementares, especialmente a agropecuária de abastecimento, posto que se autonomizaram com o arrefecimento da polarização exercida pelo núcleo dinâmico da economia do ouro (Iglésias, 1964; Linhares, 1979; Almeida, 2010).

Reestruturação produtiva, ruralização, expansão da fronteira e multiplicação dos polos regionais são fenômenos concomitantes na transição do sistema escravista regional. Nos níveis micro e macroeconômico, vigorou tendência de alteração das estruturas produtivas centradas na mineração, especialmente no sentido de diversificação a incorporar ou ampliar a participação de atividades de base agrícola. A desurbanização da cidade mineradora não pode ser considerada fenômeno universal, pela frequente reestruturação das funções desempenhadas por muitas vilas e arraiais que se formaram e se consolidaram segundo a dinâmica da extração mineral. O período da transição conheceu expressiva expansão de apropriação fundiária em múltiplas fronteiras, associada à crescente percepção da diversidade interna da capitania, que se consubstanciará em espaço regionalizado (Venâncio, 2001; Almeida, 2010).

A intensificação do ritmo de crescimento das atividades agrícolas de mercado interno, com a internalização da produção de bens e serviços, esteve condicionada pela progressiva redução dos recursos monetários para importar. Excetuados alguns bens insubstituíveis, a capitania alcançou ampla autossuficiência e ampliou gradualmente as exportações de excedentes. Um caso notável é a ascensão do espaço canavieiro de Minas Gerais que, no final do período colonial, superava os grandes espaços canavieiros exportadores da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, quanto ao número de unidades produtivas com cultivo e transformação da

cana de açúcar, quanto ao tamanho da produção de açúcares e destilados e quanto ao número de escravos empregados nos engenhos de cana (Godoy, 2019).

O irrefreável declínio da produção aurífera exacerbou as contradições entre, de um lado, a circulação sem coordenação e limitada por interdições coloniais e, de outro, a expansão da fronteira e das redes mercantis. Somente no período joanino forjou-se a primeira política de transportes do Brasil e que objetivou a integração do mercado interno, ainda que restrita ao Centro-Sul. Beneficiaram-se produtores e comerciantes mineiros integrados ao abastecimento da Corte, com a formação de elite mercantil na Comarca do Rio das Mortes. Despontou polarização da cidade do Rio de Janeiro que incidia sobre vastas extensões territoriais de Minas Gerais (Lenharo, 1979; Graça Filho, 2002).

Estava em curso a formação de heterogeneidade resultante de distintos subsistemas sócio-demográficos em Minas Gerais. Um conjunto de fatores determinou paulatina diversidade, como a presença de populações originárias, como as correntes migratórias, como o peso da participação da população escrava, como o grau de urbanização, como as relações interétnicas, para além dos diferenciais derivados das estruturas econômicas mineiras. A dinâmica demográfica não mais estava condicionada pela centralidade da mineração. O esvaziamento dos influxos de imigrantes e a acomodação da demanda que sustentava o tráfico de escravos resultaram em certa estabilidade da estrutura populacional. Emergiram contrastes entre as regiões mineiras que sedimentaram-se no período seguinte, como a fragilidade de determinados subsistemas escravistas, em que vigorava reduzida proporção de escravos na população total, como a expressiva permanência de indígenas em algumas regiões, que inclusive representava resistência à expansão da fronteira, como pelo variável peso de relações interétnicas, que impactava na composição demográfica, entre outros aspectos (Costa, 1981; Luna, 1981; Costa, 1982; Almeida, 2010).

#### **4. O MODELO DA ECONOMIA MERCANTIL ESCRAVISTA DE GÊNEROS BÁSICOS DE SUBSISTÊNCIA**

##### **MULTIPLICAÇÃO DOS POLOS E DIVERSIDADE INTER-REGIONAL**

Concluída a transição, estava superada a fase de formação de outra dinâmica do crescimento de Minas Gerais e abriu-se novo período, sob outro modelo e segundo dois ciclos. *Ciclo da consolidação*, a abranger a segunda quadra do século XIX. *Ciclo do auge e início da crise*, a abarcar a terceira quadra do século XIX.

O início de novo período coincidiu com a consumação do processo de emancipação política. A nova institucionalidade propiciou o atendimento de alguns requisitos para a formulação e execução de políticas voltadas para o que se pode denominar um proto-desenvolvimento regional. A ação do Governo Provincial mostrou-se relevante para organizar as finanças públicas no sentido de atender setores econômicos prioritários, para favorecer a expansão da fronteira e a incorporação de novas terras à produção agrícola, para viabilizar a transição do trabalho, para consentir a presença do capital estrangeiro no setor de mineração, para a concepção

e implantação de política de transportes e para a emergência de um embrião de tecnoburocracia na gestão pública (Iglésias, 1958 e 1964).

Na história da escravidão moderna a experiência de Minas Gerais é singular pela conversão de uma grande formação regional escravista de mercado externo, muito provavelmente a maior no último século da colonização, em uma grande formação regional escravista de mercado interno, seguramente a maior do Brasil Imperial. Integrado a sistema econômico nacional escravista com o predomínio de orientação primário exportadora, no subsistema econômico escravista mineiro preponderava a orientação para o mercado interno. Abastecia o próprio mercado consumidor, autossuficiente no provimento de gêneros básicos de subsistência, destinava significativos excedentes para outras províncias, bem como detinha em algumas regiões mineiras importantes atividades orientadas para mercados externos (Martins, 2018).

Em termos macroeconômicos, a estrutura produtiva era diversificada, com predomínio da agropecuária e agroindústria, acrescidas de múltiplas atividades de transformação e da mineração. Em termos microeconômicos, a típica unidade produtiva escravista era familiar, agrária, diversificada e com sentido comercial, conquanto predominasse em termos absolutos a unidade produtiva camponesa. A fazenda mineira escravista primava pela autossuficiência, por calendário agrícola marcado por sazonalidades determinadas pela consorciação de atividades, por força de trabalho não especializada, e por conexões mercantis com mercados locais e distantes (Paiva, 1996; Martins, 2018).

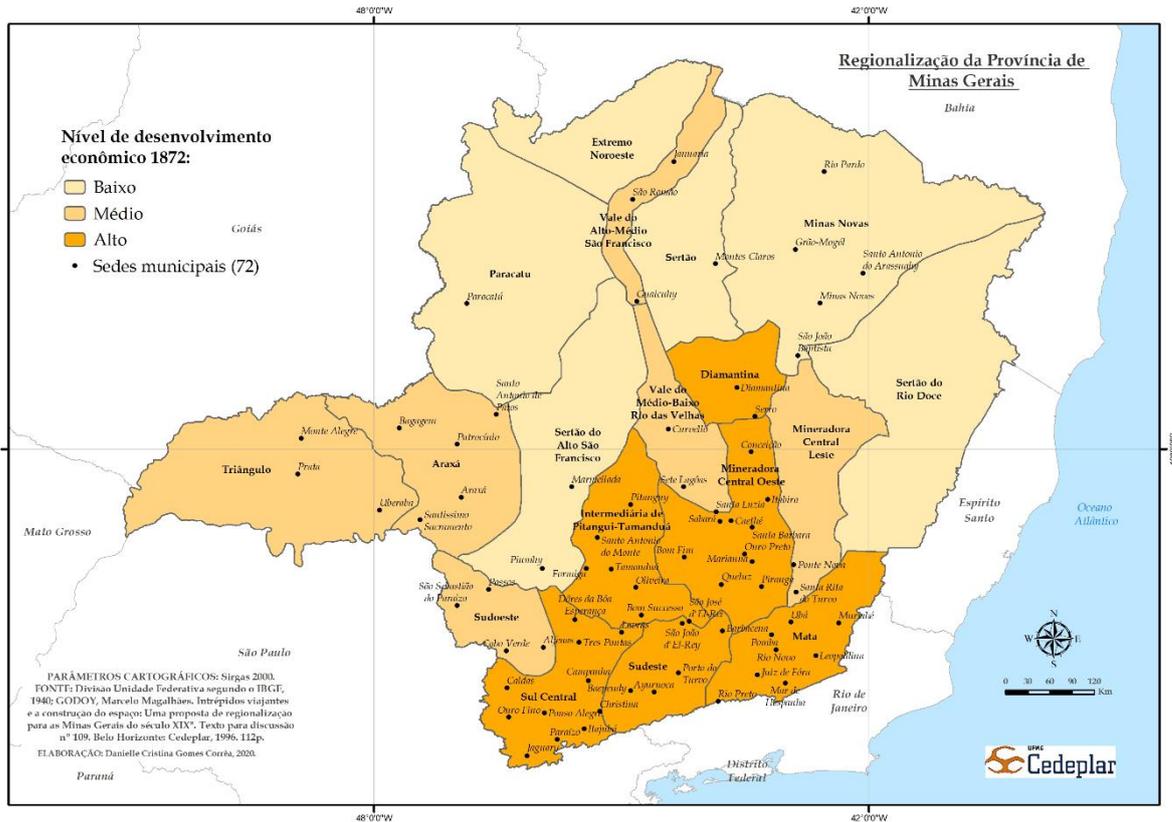
O cultivo e transformação da cana de açúcar persistiram como a principal atividade agroindustrial e Minas Gerais consolidou a posição de liderança nacional. O cultivo do algodão estava difundido por todo o território e provia a principal fibra da indústria têxtil, que também estava disseminada por toda a província e respondia pela maior força de trabalho em atividades de transformação. A siderurgia também conheceu grande expansão no período, favorecida pela incorporação de inovações técnicas e beneficiada por crescente demanda originada das atividades agrícolas, da mineração e dos transportes. Conquanto persistisse importante segmento nacional na extração de metais e pedras preciosas, o capital estrangeiro se constituiu no principal impulsionador do crescimento da produção aurífera (Libby, 1988; Godoy, 2019).

Conquanto com variada pauta de exportações, era pequena a parcela da produção mineira voltada ao abastecimento de outras províncias *vis-à-vis* a parcela consumida internamente. Alimentos básicos, tecidos de algodão, gado bovino, gado suíno, couros, queijos e toucinho compunham a pauta principal das exportações para outras províncias. O café apresentou o maior crescimento no período e ocupou a posição de principal bem destinado ao exterior. Ouro e diamantes mantiveram o segundo lugar, embora com posição relativa declinante. Exportações de algodão para a indústria têxtil europeia se concentraram nos períodos de recuo das exportações dos Estados Unidos, na segunda Guerra de Independência e na Guerra Civil. O fumo ascendeu à posição relevante nas exportações para o exterior, principalmente para a região do Rio da Prata. Importados concentravam-se em escravos, sal, pólvora, animais de carga, matérias primas diversas e mercadorias de consumo conspícuo (Paiva, 1996; Restitutti, 2006; Pires, 2009; Martins, 2018).

Uma multiplicidade de agentes mercantis respondia pela circulação e comércio que atendiam ao abastecimento do mercado de Minas Gerais e de outras províncias, além da exportação para outros países. Assumiu grande complexidade a malha constituída por unidades produtivas, por nucleações urbanas em geral e por cidades com função de entreposto, que conjuntamente davam corpo ao comércio interno às regiões mineiras, entre as regiões mineiras e com outras províncias. Negociantes se diferenciavam segundo múltiplas variáveis: as formas do comércio, os tipos de estabelecimento, o universo de bens comercializados, a prática da concessão de crédito, a posse de escravos, a associação com atividades agrícolas e de transformação, a composição pelo nível de centralidade urbana das localidades e pelo nível de desenvolvimento das regiões. Tropeiros respondiam pela maior parte da circulação de bens e mercadorias, dependiam de extensa rede de ranchos de apoio nas estradas, sustentaram a demanda por mulas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, e operavam modalidade de transporte de elevado custo. A elite regional da Comarca do Rio das Mortes conheceu expressivo crescimento de seus interesses na produção, circulação e comércio de abastecimento com a província e cidade do Rio de Janeiro (Lenharo, 1979; Paiva, 1996; Graça Filho, 2002; Rodarte, Godoy, 2006; Restitutti, 2006).

Encontrava-se em estágio avançado o processo de reestruturação urbana que remontava a última quadra do século XVIII, com a multiplicação das funções desempenhadas pelas cidades polos, associadas com atividades agrícolas, com atividades de transformação, com atividades mercantis, com serviços em geral e com a administração pública, para além da persistência, em escala menor, de urbanização impulsionada por atividades extrativas minerais. No *ciclo da consolidação*, a rede de cidades formada sob o *modelo da economia do ouro* ainda concentrava, não exclusivamente, poder de polarização, conquanto redimensionado pela referida multiplicação de funções. No *ciclo do auge e crise*, verificou-se maior desconcentração e crescimento do número de polos urbanos, notadamente nas regiões meridionais de Minas Gerais (Rodarte, Paula, Simões, 2004; Mello Filho, Santos Júnior, Rodarte, 2006).

Sedimentou-se a percepção da diversidade inter-regional mineira e assomou a percepção da desigualdade inter-regional. A compreensão da diversidade dinamizou iniciativas econômicas com complementaridades inter-regionais e, ao mesmo tempo, forjou o embrião de formas de regionalismo internas à província. A heterogeneidade estrutural estava definitivamente consolidada como fenômeno inscrito na formação histórico-espacial de Minas Gerais. No *ciclo da consolidação* adquiriu estabilidade um primeiro desenho de regionalização a evidenciar contrastes internos. A identidade das regiões mineiras resultava de formas específicas de inter-relação entre aspectos geográficos, demográficos, econômicos, político administrativos e históricos. Regionalização a demarcar, entre outros aspectos, a incidência de determinismos geográficos, os movimentos migratórios pioneiros na fronteira, a multiplicidade de zonas de expansão da fronteira agrária, os diversos nexos de complementaridade econômica que davam corpo a certa divisão inter-regional do trabalho, e os significativos desníveis de desenvolvimento (Godoy, 1996).



Estava consolidada a heterogeneidade dos subsistemas sócio-demográficos de Minas Gerais, em estreita inter-relação com os respectivos subsistemas econômicos. A diversidade sócio-demográfica decorria dos mencionados fatores incidentes no período anterior, acrescidos de novas determinações. O fenômeno da miscigenação, originado e arraigado no século XVIII, também assumiu relevância na configuração das estruturas populacionais regionais da província. As relações interétnicas no século XIX persistiram sob a influência da presença de populações originárias e, principalmente, do grande afluxo de escravos africanos. Excetuadas nas regiões da grande fronteira Leste de Minas Gerais, as populações originárias se encontravam em estágio relativamente avançado de assimilação sociocultural. A intercorrência de particularidades demográficas das sociedades urbanas e agrárias regionais da província em parte decorreu da composição por raça/etnia herdada do período anterior. Entre outras configurações, consolidou-se a maior incidência de população branca em regiões do Sul e Oeste e a maior participação da população de cor em regiões do Norte e Leste (Paiva, 1996).

Não obstante a migração compulsória de escravos africanos se constituísse no principal movimento populacional no *ciclo da consolidação*, estavam em curso, desde o período anterior, correntes migratórias internas orientadas para as fronteiras agrícolas, a resultar em redistribuição da população em detrimento das antigas zonas da mineração, e a impactar nas estruturas demográficas regionais da província. No transcurso do período, todas as regiões apresentaram elevadas taxas de expansão demográfica, conquanto as regiões com fronteira agrícola dinâmica, portanto escravistas, apresentassem as maiores taxas de crescimento. Minas Gerais consolidou a

posição de detentora da maior população do País, que sustentará até a década de 1920. O caráter plurifuncional da estrutura das unidades domiciliares da província, em que se sobrepunham funções demográficas e econômicas, desdobrou-se em específicas composições regionais dos domicílios segundo as formas predominantes, *escravistas* ou *camponeses*, e as formas de menor incidência, *autônomos* ou *assalariados*, para além das formas *mistas*. Nas regiões com maior nível de desenvolvimento econômico prevalecia a maior incidência de *domicílios escravistas* e nas regiões com menor nível de desenvolvimento econômico predominavam os *domicílios camponeses* (Paiva, 1996; Mello Filho, Santos Júnior, Rodarte, 2006; Rodarte, 2012).

No *ciclo da consolidação*, que coincide com as últimas décadas anteriores à abolição do tráfico internacional, Minas Gerais era o principal destino dos escravos desembarcados no Brasil. No *ciclo do auge e início da crise*, que coincide com a última fase de crescimento potencial da população escrava via reprodução natural, Minas Gerais apresentou saldo líquido positivo no âmbito do tráfico interprovincial de escravos. Principal indicador de dinamismo econômico no período, a posse de escravos caracterizava-se por grande variação entre as regiões mineiras. No início do *ciclo da consolidação*, algumas regiões sustentavam vigorosos subsistemas escravistas, com o predomínio dos escravos na população economicamente ativa, enquanto em outras regiões a instituição da escravidão se encontrava pouco enraizada, posto que respondesse por fração inferior a um terço da população economicamente ativa. No final do *ciclo do auge e início da crise*, em estágio avançado da transição do trabalho escravo para o livre, poucos subsistemas escravistas regionais persistiam vigorosos, enquanto na maior parte das regiões a escravidão era forma de trabalho residual (Mello Filho, Santos Júnior, Rodarte, 2006; Martins, 2018).

Com antecedência de vários decênios em relação ao início da *era ferroviária* mineira na década de 1870, as intervenções na infraestrutura de transportes tradicional se constituíram em um dos principais destinos dos gastos do Governo Provincial e das municipalidades de Minas Gerais. Fatores geográficos, demográficos, econômicos, políticos e administrativos justificavam, de forma integrada, a prioridade que se concedia a manutenção e ampliação da malha viária pré-moderna. Várias instituições e agentes compuseram extensa e complexa estrutura responsável pelas políticas públicas de transporte da província. A modernização ferroviária logrou a substituição de pequena parcela dos transportes tradicionais e impulsionou a adaptação e ampliação da referida estrutura não ferroviária, com o surgimento de novas agências de Estado e a consolidação de agentes modernos atuantes na concepção e intervenção na infraestrutura viária que suportava a maior parte da circulação, por meio de carros de tração animal, muars de carga e cavalos, e que persistiu dominante durante toda a *era ferroviária* mineira (1870-1940), ou até o início da segunda fase da modernização dos transportes, sob a hegemonia do *rodoviarismo*. Entretanto, a política do Governo Provincial no campo dos transportes promoveu a concentração das intervenções em estradas e pontes nas regiões com maior nível de desenvolvimento econômico. Os elevados custos de transporte inerentes à circulação em bases tradicionais conheceram modulação decorrente da assimetria dos investimentos públicos, e do respectivo desequilíbrio quanto a extensão e qualidade da malha viária das regiões, a contribuir significativamente para a consolidação da desigualdade inter-regional mineira (Barbosa, 2011; Barbosa, Godoy, Mendes, 2011; Cravo, 2016; Godoy, Barbosa, Camini, Fonseca, Correa, 2017).

Na vigência do *modelo da economia mercantil escravista de gêneros básicos de subsistência*, especificamente no *ciclo do auge e início da crise*, as estruturas econômicas e sociais de Minas Gerais estavam sob o influxo de processos interdependentes que integraram o início da primeira fase da modernização do Brasil (1850-1930). Tratava-se de uma série de *reformas liberais* que lograram a superação do ordenamento jurídico colonial e conformaram as bases que impulsionaram a integração periférica do País no sistema capitalista, sob a égide de modelo primário exportador. Estas reformas incidiram sobre o estatuto que regia a apropriação territorial, as relações de trabalho, os marcos regulatórios das atividades mercantis e financeiras, os mecanismos de subsídio à modernização dos transportes, a produção de conhecimento estatístico sobre a economia e a população, a padronização de procedimentos e medidas, entre outros. O caráter de economia essencialmente de mercado interno não bloqueou a incidência das *reformas liberais* em Minas Gerais, não apenas pela presença de um importante setor de mercado externo, nomeadamente a cafeicultura da Zona da Mata, mas também pelas funções de complementaridade que o abastecimento a partir de mercados mineiros desempenhava no *complexo cafeeiro* do Sudeste (Cardoso, Brignoli, 1984; Paula, 2002).

## **5. TRANSIÇÃO PARA ECONOMIA REGIONAL PERIFÉRICA DESIGUALDADE INTER-REGIONAL E REAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA**

Entre a última quadra do século XIX e a primeira quadra do século XX, consumou-se a crise do sistema escravista provincial, em consonância com a crise geral do escravismo no Império, e iniciou-se a transição da economia de Minas Gerais para inserção periférica na economia brasileira, no âmbito do processo de integração do mercado interno nacional e da constituição de divisão inter-regional do trabalho. A decomposição da instituição sócio-jurídico da escravidão e a desagregação dos sistemas agrários escravistas pôs termo a primeira grande etapa da formação histórica mineira. No transcurso de quase dois séculos, a escravidão se constituiu no principal fundamento da economia e da sociedade de Minas Gerais. No século XVIII e na maior parte do século XIX, o escravismo demarcou o centro dinâmico dos dois modelos econômicos, as estruturas de poder eram indissociáveis da posse de escravos, e a escravidão permeou toda a estrutura social.

Na última quadra do Oitocentos, um conjunto de vicissitudes conduziu ao malogro de uma potencial transição de Minas Gerais para sistema econômico regional capitalista avançado, e chumbou o destino do estado à posição de periferia do capitalismo periférico. As últimas duas décadas do Império e a primeira década da República compreenderam ciclo político e econômico chave para as principais formações regionais do Brasil (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul). Ante as mencionadas transformações em curso no âmbito da primeira fase do processo de modernização, três fatores sobredeterminaram o porvir das principais formações regionais na segunda e decisiva fase do processo de modernização, a partir de 1930, principalmente no respeitante à industrialização: **i.** a evolução recente dos sistemas agrários regionais de mercado externo, que compunham os centros dinâmicos da economia nacional sob o modelo primário exportador; **ii.** a evolução recente do setor de mercado interno

das economias regionais, particularmente em suas conexões com os centros dinâmicos da economia nacional; **iii.** a atuação das elites das grandes províncias/estados, especialmente na formulação de projetos de desenvolvimento regional. Em outros termos, se a modernização demarcava os aspectos estruturais, a inserção no modelo primário exportador respondia pela integração no ciclo econômico, e a ação das elites regionais definia a política econômica. O protagonismo das elites regionais em três fases: **1ª.** 1850-1889, considerado nos limites da autonomia das províncias e da participação no grupo no poder no Segundo Reinado; **2ª.** 1889-1902, considerado no processo de mudança e de consolidação do novo regime, no referente à constitucionalização da República e a adaptação aos ditames da dominação imperialista; **3ª.** 1902-1930, considerado nos limites da autonomia ampliada dos estados proporcionada pela descentralização político-administrativa da Primeira República (Prado Júnior, 1945; Singer, 1977; Cano, 1977).

Segundo uma série de indicadores, afirma-se que Minas Gerais se apresentava como a economia regional potencialmente mais bem posicionada no início da modernização do Brasil, na terceira quadra do século XIX: **i.** a maior população (mercado consumidor) e com taxa de crescimento acima da média nacional; **ii.** o maior sistema escravista regional, preponderantemente associado a atividades de mercado interno; **iii.** a mais dinâmica economia de subsistência voltada para o abastecimento do mercado interno, diversificada em atividades da agricultura, pecuária e agroindústria; **iv.** forte dinamismo da circulação mercantil interna, a configurar divisão regional do trabalho e a definir o caráter complementar das economias regionais mineiras, e da circulação mercantil externa, com múltiplas conexões interprovinciais; **v.** economia cafeeira em fase expansiva e com vasta fronteira aberta; **vi.** vigoroso setor de transformação, particularmente a indústria de alimentos, a indústria têxtil, a siderurgia e a mineração de ouro; **vii.** a mais extensa malha urbana, em avançado processo de reestruturação a incorporar uma série de funções modernas; **viii.** a localização de recursos naturais estratégicos para geração de energia, para o provimento de matérias primas minerais e para o fornecimento de uma série de insumos; **ix.** a vigência de protecionismo natural decorrente da localização interior e dos custos de transporte (Libby, 1988; Paiva, 1996; Rodarte, Godoy, 2006; Restitutti, 2006; Pires, 2009; Martins, 2018; Godoy, 2019).

Como desdobramento, um exercício de *história contrafactual* se impõe ante o que se pode entender como a abertura de uma *oportunidade histórica* na última quadra do século XIX, proporcionada pelos referidos indicadores. No campo de ação das elites mineiras se abriu a alternativa de promoção de política de desenvolvimento regional ancorada nos seguintes fundamentos: **i.** fortalecimento do mercado interno e das conexões com mercados de outras regiões; **ii.** promoção de política industrialista direcionada para o grande mercado interno de Minas Gerais e, adicionalmente, para o mercado nacional em processo de integração; **iii.** conversão da proteção geográfica em protecionismo tarifário, possível segundo a autonomia tributária associada ao comércio exterior e que respondia pela principal fonte de arrecadação dos governos provinciais e estaduais até 1930; **iv.** rompimento da dependência e da intermediação comercial e financeira da cafeicultura mineira em relação à praça da cidade do Rio de Janeiro; **v.** reorientação da modernização ferroviária para a integração do mercado interno de Minas Gerais

e com outras regiões; **vi.** internalização de inovações tecnológicas nos setores agrícola e industrial. Uma política econômica alternativa e desenvolvimentista que, embora tardiamente, apresentou-se de fato no campo do debate, de proposições e de ações originárias das esferas do Executivo e do Legislativo, de associações de classe do empresariado, de entidades de elites técnicas, e da própria burocracia do Estado.

Portanto, trata-se de uma *história alternativa*, fundamentada em tardias políticas de recuperação econômica, de corte desenvolvimentista, efetivamente promovidas pelas frações modernas da elite mineira, desde o início do século XX, com resultados parcial e insuficientemente bem sucedidos. O êxito parcial das políticas de recuperação econômica de Minas Gerais decorreu, no principal, dos *efeitos de estímulo* propagados pelo polo nacional, por meio de divisão inter-regional do trabalho, que forjaram e ampliaram, progressivamente, o grau de complementaridade agrícola e industrial, e que cingiu a estrutura econômica mineira à posição subordinada e dependente em relação a São Paulo (Cano, 1985; Dulci, 1999).

A ausência de um projeto de desenvolvimento regional atrofiou a resposta à *oportunidade histórica*. No Império e no início do período republicano, a ausência ou debilidade da consciência de pertencimento a uma entidade regional comum por parte da elite mineira dificultou ação coesa e convergente nos campos político e econômico. À diversidade regional acrescentou-se, progressivamente, a percepção da desigualdade inter-regional, a favorecer a fragmentação dos interesses das elites, a impulsionar a formação de regionalismos internos a Minas Gerais e, no limite, a desdobrar-se na eclosão de movimentos separatistas que ameaçaram a própria integridade territorial. O separatismo capitaneado por elites de regiões economicamente mais dinâmicas, como o Sul de Minas, estava associado, não exclusivamente, à denúncia de desigualdade fiscal a beneficiar o Centro de Minas. Somente no início do século XX forjou-se um regionalismo virtuoso, no sentido de agregar os interesses das elites mineiras em projeto de desenvolvimento comum para o estado (Wirth, 1982; Resende, 1982; Viscardi, 2000; Saraiva e Silva, 2010).

Outros fatores se constituíram em obstáculos à oportuna ação das elites regionais ante as vantagens comparativas que Minas Gerais apresentava em relação as demais grandes províncias/estados. Como uma provável maior prevalência de *ethos* patrimonialista e de práticas clientelísticas a permear as relações entre a sociedade e o Estado que explicariam a impassibilidade das elites mineiras. No mesmo sentido, uma possível maior resistência à mudança social, ou impermeabilidade a certos valores e relações sociais modernas, a traduzir-se em conservadorismo que se oporia a alteração das estruturas de poder, assentes no controle da terra e na subordinação econômica e social de populações rurais. Relevante também uma plausível insuficiência de empreendedores modernos, somada a ausência ou incipiência de identidade e representação de interesses de classe dos empresários, bem como a influência de signos de distinção social tradicionais, como a posse da terra, a posse de escravos, a prática do rentismo urbano, a obtenção de prebendas na burocracia do Estado, a conquista de títulos honoríficos e o culto ao bacharelismo. Ainda importa ressaltar a recorrência da apropriação particularista pelas elites mineiras de projetos e recursos orientados para a modernização econômica, facilitada pelo modelo de incentivos e subsídios públicos e de concessão de privilégios e monopólios, como no

caso dos transportes (Martins Filho, 1981; Resende, 1982; Iglésias, 1982; Wirth, 1982; Martins Filho, 2009).

Entre o início da década de 1870 e o final da primeira década republicana, exaurida a *oportunidade histórica* de transformação progressista, emergiu a tomada de consciência do atraso relativo do estado. Irrompeu a percepção de dupla desigualdade inter-regional. Interna, a salientar níveis proeminentes de desnivelamento de desenvolvimento entre as regiões de Minas Gerais, e externa, a demarcar a perda de substância ante a dinâmica expansiva da economia paulista. A reação desenvolvimentista que se seguiu, por meio da articulação política das elites regionais mineiras, significou a partida de longa trajetória de reflexão, debate, concepção e implementação de projetos de intervenção do Governo Estadual para corrigir assimetrias internas e, sobretudo, promover a recuperação econômica do estado no plano nacional. Substantivamente, forjou-se tradição de elaboração de estudos, publicados na forma de documentos oficiais, sobre a realidade econômica e social de Minas Gerais, que perdurou, guardando as mesmas premissas, até o final do Regime Militar (Cano, 1977; Wirth, 1982; Faria, 1992; Dulci, 1999; Barbosa, 2012).

As políticas de desenvolvimento orientadas pelos referidos documentos dividiram-se em duas vertentes. Predominante na primeira metade do século XX, a política de desenvolvimento a promover a construção de sistema econômico regional integrado, diversificado e independente, com prioridade conferida à agropecuária. Esta vertente inclinou-se pelo atendimento dos interesses internos das elites das regiões mineiras, portanto a assumir o caráter de política de corte multirregionalista, e vigorou até certo estágio do processo de integração do mercado nacional, ou enquanto estava relativamente preservada a autonomia dos sistemas econômicos regionais do País. Preponderante entre 1950 e 1980, a política de desenvolvimento a preconizar a especialização produtiva priorizou a integração da economia mineira à economia polo nacional, com ênfase nos setores industriais de bens intermediários. Esta vertente subordinou-se a condicionantes externos, seja da economia brasileira, seja da economia internacional, e se impôs em certo estágio do processo de integração do mercado interno nacional, ou quando os sistemas econômicos regionais do Brasil perderam as últimas esferas de autonomia relevantes (Dulci, 1999; Barbosa, 2012).

Estava em curso a gradual diferenciação das elites de Minas Gerais, expressa em progressiva divergência de interesses, e a ativação de política de conciliação, com o objetivo de preservar parcialmente as estruturas de poder e dominação tradicionais e de acomodar as novas frações de classe em processo de formação e ascensão. As hegemônicas elites tradicionais, agrária e política, foram crescentemente contrastadas por elites modernas, empresarial e técnica, conquanto uma origem social comum na maior parte dos casos dificultasse a percepção do movimento de diferenciação, assim como a emergência de conflito. A fórmula da *modernização conservadora* imprimiu lentidão e atrofiou as transformações em curso, facultou às elites tradicionais tempo para se acomodar às mudanças inevitáveis, demarcou os limites do processo de mudança social, e favoreceu a cooptação dos agentes modernos para assimilarem as contradições que emergiram sobretudo na forma de crescente desigualdade e exclusão social (Wirth, 1982; Faria, 1992; Dulci, 1999; Martins Filho, 2009).

No período seguinte, sob o *modelo da economia regional periférica* e no âmbito da segunda fase do processo de modernização do Brasil, as elites empresariais e técnicas mineiras se tornaram hegemônicas, impulsionadas pela centralidade do Estado no processo de desenvolvimento. A ampliação dos campos e da intensidade da ação estatal, o crescimento dos aparelhos econômicos públicos sob a égide da racionalização promovida por tecnoburocracia, a prioridade que será paulatinamente conferida à industrialização, entre outros aspectos, pavimentaram a consolidação do poder das elites modernas (Dulci, 1999; Barbosa, Barbosa, 2010).

O diagnóstico da perda de posição relativa se consubstanciou na constatação do quadro de estagnação econômica, do limitado dinamismo dos centros polarizadores internos e da correlata desarticulação entre as regiões do estado, da influência de centros polarizadores externos e da consequente drenagem para fora de parte importante da acumulação regional, da emigração de excedentes populacionais, entre outros revezes a exigir uma reação na forma de política de recuperação econômica. Em 1903, no Governo Francisco Sales (1902-1906) e sob a liderança de João Pinheiro, realizou-se o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, que se desdobrou no surgimento do primeiro projeto de desenvolvimento regional de Minas Gerais. As *classes produtoras*, representantes das elites econômicas, debateram os problemas econômicos do estado e formularam documento que inaugurou o que se pode denominar a *questão regional* mineira. As prescrições se orientaram pela diversificação econômica, pela prioridade conferida a modernização da agropecuária, pela substituição de importações, e pelo fortalecimento de Belo Horizonte como centro político e econômico capaz de polarizar e integrar as regiões mineiras (Iglésias, 1982; Faria, 1992; Dulci, 1999).

Conquanto hegemônica a vertente da diversificação econômica, na Primeira República despontou projeto de especialização industrial. Em estreita associação com a Escola de Minas de Ouro Preto, a reflexão e produção de conhecimento em ambiente acadêmico, em curso desde a década de 1870, e a formação de quadros técnicos e a inserção no setor público, a partir da década de 1880, favoreceram a formação de massa crítica que identificou o setor minero-siderúrgico como o potencialmente mais dinâmico da indústria regional, e definiu uma vocação econômica segundo a percepção de vantagens comparativas. Os engenheiros egressos da Escola de Minas com atuação no setor público desempenharam funções técnicas no Império e na República Velha. Depois de 1930, os engenheiros projetaram-se também na ocupação de funções executivas na administração estadual. Conquanto identificável um corpo técnico a formular projeto para o setor minero-siderúrgico desde o período imperial, somente no início da década de 1940 este projeto será convertido em política pública (Dulci, 1999; Carvalho, 2002; Barbosa, 2012).

No período de *transição para economia regional periférica* a agropecuária de mercado interno e a cafeicultura respondiam pelos centros dinâmicos de Minas Gerais. Policultura de gêneros básicos de subsistência, pecuária diversificada e agroindústria com processamento de múltiplos gêneros agrícolas compreendiam as atividades predominantes, que supriam as necessidades do mercado interno mineiro e exportavam excedentes para outras províncias/estados. Com vigoroso crescimento da área cultivada, do emprego de mão de obra e da produção de exportação, a cafeicultura se beneficiou de grande fronteira aberta na Zona da

Mata e da expansão do cultivo no Planalto Paulista em direção ao Sul de Minas. Dependente do capital mercantil fluminense, a estrutura de comercialização e financiamento da cafeicultura favorecia a drenagem de parte significativa dos excedentes para o Rio de Janeiro e contribuiu para limitar os desdobramentos virtuosos da relação entre café e indústria à primeira fase do processo de industrialização, que se estendeu até 1930. No transcurso da primeira etapa da modernização econômica e tecnológica da agroindústria da cana de açúcar brasileira, entre a última quadra do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com o gradual recuo da participação da produção em bases tradicionais e a ascensão da forma fabril usineira, Minas Gerais perdeu progressivamente a liderança na produção nacional de açúcares (Lima, 1981; Iglésias, 1982; Wirth, 1982; Pires, 2009; Martins Filho, 2009; Saes, Castilho, 2016; Godoy, 2019).

Em geral, a indústria de transformação caracterizou-se por grande dispersão espacial, predomínio das formas artesanato e manufatura, nível técnico pouco avançado, baixa e média densidade de capital, de consumo de energia e de emprego de força de trabalho, pequena escala de produção, atendimento de mercados locais e de regiões mineiras, e beneficiou-se de reserva de mercado decorrente dos elevados custos de transporte. Com a implantação da Companhia Belgo-Mineira na década de 1920, o setor siderúrgico conheceu grande impulso e consolidou a vocação industrial na produção de bens intermediários (Iglésias, 1982; Wirth, 1982; Libby, 1988; Martins Filho, 2009).

A fase final da transição do trabalho esvaziou alguns diferenciais da estrutura populacional das regiões mineiras. A concentração dos escravos nas atividades dinâmicas de algumas regiões ainda imprimia certo desequilíbrio na composição por sexo e idade. No caso das populações originárias, a assimilação sociocultural estava virtualmente concluída em todo o território e os remanescentes isolados ou não integrados do Leste tornaram-se pouco significativos em termos demográficos. Em continuidade ao período anterior, correntes migratórias internas orientavam-se para as muitas fronteiras agrícolas, impactaram a distribuição espacial da população e os diferenciais das estruturas demográficas das regiões mineiras. Para o Nordeste da província/estado orientaram-se correntes migratórias da Bahia, como consequência de adversidades climáticas e pressão sobre a terra. As taxas de crescimento demográfico de Minas Gerais persistiram elevadas durante a maior parte do período, com reversão na segunda metade da Primeira República, quando do início do processo emigratório que perdurou por muitas décadas e que coincidiu com a perda da posição de estado mais populoso para São Paulo (Brito, Souza, 1995; Matos, 1995; Cosentino, 2003; Mello Filho, Santos Júnior, Rodarte, 2006; Ribeiro, 2013).

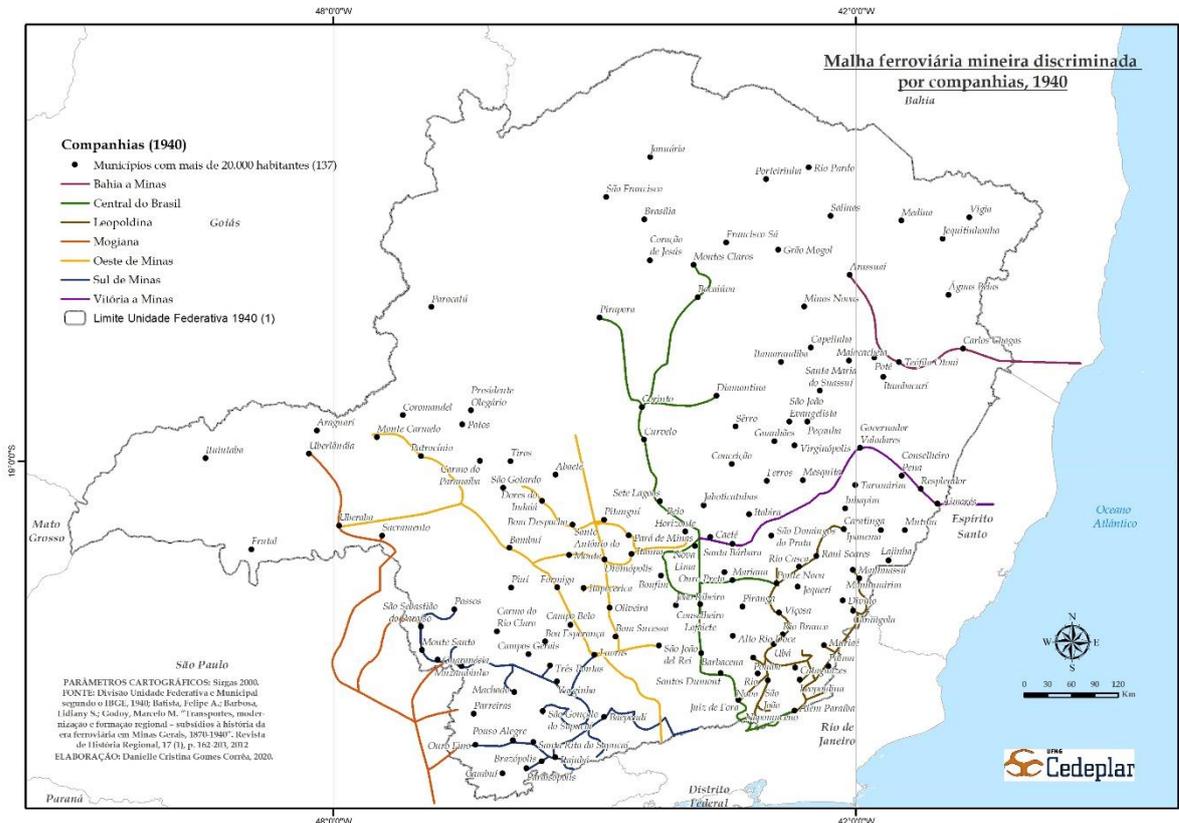
Impulsionada pelo multirregionalismo e pela pluralidade de centros polarizadores internos e externos, na República Velha consolidou-se tendência de desarticulação das regiões do estado e a formação do que será compreendido como o *mosaico mineiro*. Desarticulação derivada do alcance limitado do efeito de polarização dos centros regionais internos, inclusive de polos modernos, como Juiz de Fora, da conformação de distintos nexos integrativos e complementares de regiões mineiras com polos externos, nomeadamente o Rio de Janeiro e São Paulo, e da lentidão da conformação de polo interno alternativo, a ser parcialmente desempenhado por Belo Horizonte. Desarticulação que favorecerá a acomodação dos desequilíbrios inter-regionais de

desenvolvimento internos a Minas Gerais, sobretudo pela vigência de política econômica do Governo Estadual de pouca eficácia na identificação e superação dos entraves a uma equalização entre as regiões mineiras (Iglésias, 1982; Wirth, 1982).

As políticas públicas de transporte sob a hegemonia do *ferroviarismo* padeceram da mesma miopia que chumbou as elites regionais a visão de curto prazo, ao atendimento de interesses particularistas e a dificuldade de pensar um projeto de desenvolvimento. A vigorosa expansão ferroviária de Minas Gerais implicou em grande mobilização dos poderes Executivo e Legislativo, em enorme gasto financeiro e em grande endividamento. Entretanto, o padrão adotado de modernização pelos trilhos mostrou-se disfuncional aos requerimentos de circulação da economia da província/estado, não apenas por não ter promovido a integração interna entre as regiões mineiras, mas também por não promover a integração com o mercado interno nacional. Se, por um lado e em termos espacialmente restrito, o desenho radial da malha, ou de portos marítimos em direção a zonas produtoras, coadunava-se com o modelo econômico primário-exportador e impulsionou a expansão da cafeicultura mineira, por outro e em termos espacialmente majoritário, implicou em operação onerosa e economicamente deficitária. Em sentido distinto, simultaneamente as ferrovias em São Paulo responderam pela infraestrutura de transportes necessária a expansão cafeeira, integraram o mercado interno paulista com a interligação dos centros urbanos regionais que se formaram com a interiorização da cafeicultura, e operaram em bases econômicas sustentáveis (Barbosa, Godoy, Mendes, 2011; Batista, Barbosa, Godoy, 2012; Godoy, Paula, Barbosa, 2017).

A encampação da grande maior parte das linhas ferroviárias de Minas Gerais no início do século XX e o elevado custo financeiro da circulação subsidiada pelo poder público nas décadas subsequentes conformaram o corolário da prevalência de uma modernização que atendeu prioritariamente aos interesses do capital financeiro internacional, origem direta e indireta da grande maior parte dos recursos investidos, associados aos interesses dos agentes nacionais que viabilizaram o mercado de concessões, asseguraram a captura de vultosos recursos públicos e, tantas vezes, desempenharam o papel de testas de ferro do imperialismo. Secundariamente, posto tratar-se de uma economia essencialmente de mercado interno, a modernização ferroviária mineira promoveu a integração parcial de região interior, periférica e dependente, detentora de um setor exportador de matérias primas e alimentos, e consumidora de bens industriais importados dos países centrais. Nesse sentido, as ferrovias favoreceram a expansão da fronteira agrícola do setor exportador mineiro, reduziram os custos de transporte e impactaram em parcial quebra do isolamento de mercados interiores. No final da *era ferroviária*, Minas Gerais detinha a mais extensa malha de trilhos do País e a maior malha *per capita*. A integração entre as linhas das companhias ocorreu tardiamente, entre 1920 e 1940. A concentração dos investimentos em ferrovias no Centro e Sul do estado, com poucas linhas e ramais ao norte do paralelo 19º, que delimita aproximadamente a metade setentrional do estado, contribuiu para o aprofundamento da desigualdade inter-regional. Dado o caráter dependente da subvenção do Estado para a implantação dos trilhos e para a operação da malha, as regiões menos desenvolvidas subsidiaram o gasto público nas regiões mais desenvolvidas. Em termos de meios de transporte, se na paisagem das regiões ao sul do paralelo 19º as locomotivas e veículos automotores não eram incomuns no

final da Era Vargas, ao norte prevaleciam quase exclusivamente os carros de tração animal, os muarens de carga e os cavalos (Batista, Barbosa, Godoy, 2012; Godoy, Barbosa, Camini, Fonseca, Correa, 2017).



As assinaladas *reformas liberais* em Minas Gerais encontraram seu decisivo curso no período da *transição para economia regional periférica*, com a centralidade para as questões da terra e do trabalho. A implantação de um estatuto moderno de apropriação territorial orientou-se pela preservação de estrutura fundiária concentrada. O monopólio da terra pela elite agrária persistiu como o principal fundamento do poder e dominação no plano local/regional, foram repostos os mecanismos tradicionais que favoreceram a constituição do latifúndio, acrescidos de novas engrenagens a esvaziar legislação que facultava acesso democrático a terra. Assim, verificou-se lenta e parcial conformação de relações sociais de propriedade capitalistas. Por sua vez, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não coincidiu com a transição para relações modernas. Formas de trabalho não capitalistas, como a meação, a parceria e a agregação, continuaram predominantes, inclusive em substituição às relações de trabalho escravistas dos sistemas agrários mais dinâmicos, com a persistência de larga faixa da população imersa em economia natural. O complemento, a fragilidade da produção camponesa e a vulnerabilidade do trabalhador dependente. Dessa forma, observou-se lento e incompleto estabelecimento de relações sociais de trabalho capitalistas (Lanna, 1988; Cosentino, 2003; Godoy, Loureiro, 2010).

## 6. O MODELO DA ECONOMIA REGIONAL PERIFÉRICA ELITES MODERNAS E CRESCIMENTO SEM EQUIDADE

A crise do modelo primário exportador, o deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno e a emergência do modelo da substituição de importações balizaram o início da segunda e decisiva fase da modernização econômica do Brasil. A Revolução de 1930 demarcou a passagem para período em que se verificou a aceleração dos processos em curso de industrialização, de integração do mercado interno nacional e de conformação de divisão inter-regional do trabalho. Processos que conduziram a definitiva ruptura com o isolamento e autonomia dos sistemas econômicos regionais, irreversivelmente inseridos em relações de interdependência, de complementaridade e de subordinação. No meio século seguinte, São Paulo consolidou a posição de economia polo nacional e conduziu as demais economias regionais a formarem a periferia nacional. Em Minas Gerais, o período do *modelo da economia regional periférica* divide-se em *ciclo desenvolvimentista*, a abranger o intervalo entre 1930 e 1980, seguido de um interciclos de transição a compreender a década de 1980, e *ciclo neoliberal*, desde 1990, que se pode modular em *consolidação do neoliberalismo* (Governo Collor e governos do PSDB), *ensaio social-desenvolvimentista* (governos do PT) e *ultraliberalismo* (Governo Temer e Governo Bolsonaro) (Furtado, 1959; Tavares, 1972; Draibe, 1985; Cano, 1985).

Na década de 1930, a estrutura econômica de Minas Gerais apresentava-se aparentemente em consonância com o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno, bem como a política econômica orientada para a diversificação econômica coadunava-se com o processo de substituição de importações. Entretanto, como ressaltado, encontrava-se em curso desde o final do século XIX a transição para economia regional periférica, ante a formação e consolidação do polo nacional em São Paulo, que no início da Era Vargas já sustentava grande concentração industrial e a mais moderna agropecuária do País (Dulci, 1999; Cano, 1985).

Assim, a vertente da diversificação econômica não conheceu descontinuidade no Governo Benedito Valadares (1933-1945), conquanto o Estado tenha assumido a centralidade do impulsionamento do desenvolvimento regional. A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho aglutinou a tecnoburocracia mineira em ascensão e respondeu pela coordenação e gestão econômica. A priorização da agropecuária e da agroindústria não impediu forte expansão da siderurgia, sobretudo como decorrência da maturação de investimentos realizados desde a década de 1920. No final da década de 1930, Minas Gerais concentrava a grande maior parte da produção siderúrgica nacional, bem como a participação relativa desse ramo industrial já respondia por quase um quinto do produto interno bruto mineiro (Diniz, 1981; Dulci, 1999; Barbosa, Barbosa, 2010).

No início da década de 1940, a perda da grande siderurgia para o Rio de Janeiro, com a instalação da CSN em Volta Redonda, significou derrota para importantes segmentos das elites regionais mineiras, e resultou em alteração do projeto de desenvolvimento regional, no sentido da priorização da industrialização. A conjuntura internacional favorável ao aprofundamento do modelo da substituição de importações, associada ao centralismo político-administrativo do Estado Novo, conduziram a maior alinhamento de Minas Gerais aos imperativos do capitalismo

industrial brasileiro. A perspectiva de superação do atraso por meio de projeto que objetivava a construção de sistema econômico regional completo foi substituída pela perspectiva de maior integração ao polo da economia nacional, com a dinamização da produção de bens intermediários. Adicionalmente, a fórmula da criação da Cidade Industrial de Contagem, com decisiva participação do Estado, e que será o embrião do sistema de distritos industriais, implantado a partir da década de 1950, objetivou reforçar a polarização de Belo Horizonte e, em alguma medida, contrastar a influência das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro (Dulci, 1999; Barbosa, 2012; Godoy, Barbosa, Barbosa, 2015).

A alteração do projeto de desenvolvimento regional mineiro contemplou também o problema energético, por suas implicações para a industrialização e urbanização, e ensejou a consolidação do planejamento como instrumental prioritário. O Plano de Eletrificação, coordenado por Lucas Lopes, enfatizou o planejamento setorial, segundo as relações entre energia e indústria. Os projetos no campo infraestrutural despontaram na década de 1940, considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional e regional, nomeadamente nos campos da energia e dos transportes, e segundo diretriz pública, pela elevada magnitude dos recursos requeridos, pela longa maturação dos investimentos e pela rentabilidade menos atraente. No Governo Milton Campos (1947-1951) vigorou o último projeto de desenvolvimento regional diversificado, formulado no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, sob a coordenação de Américo Renné Gianetti à frente da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, e a contemplar o planejamento geral da economia estadual. Portanto, a promoção concomitante da agropecuária e da indústria. O instrumental do planejamento ainda com limites quanto à base estatística e o modelo teórico, e a combinar amplo diagnóstico e propostas setoriais (Cintra e Andrade, 1976; Dulci, 1999).

A partir do Governo Juscelino Kubitschek (1951-1955) a vertente da especialização industrial se torna hegemônica, com ênfase no setor de bens intermediários, a reforçar a complementaridade em relação à indústria de São Paulo, e ancorada nos ramos siderúrgico, cimenteiro e de alumínio. Na década de 1960 acrescentou-se o provimento de energia elétrica para o polo nacional, com a maturação dos investimentos da década anterior, e em realidade de demanda interna mineira insuficiente. No Governo Kubitschek priorizou-se investimentos infraestruturais voltados para a industrialização do estado, por meio do esvaziamento da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, e a montagem de nova estrutura político-administrativa. O Binômio Energia e Transportes definiu os campos prioritários, com a centralidade de duas agências recém-criadas, o DER-MG e, sobretudo, a CEMIG, agência que reaglutinou a tecnoestrutura estatal e respondeu pelo planejamento do desenvolvimento. A ascensão da vertente da especialização industrial inclinou a política de desenvolvimento regional para o atendimento dos interesses de determinada fração de classe da burguesia mineira, bem como para as potencialidades, vocações e estruturas produtivas de determinadas regiões do estado. Portanto, significou a ascensão de política pouco permeável ao multirregionalismo de Minas Gerais e, por consequência, a promover a marginalização de determinados segmentos produtivos tradicionais. Durante aproximadamente duas décadas, o planejamento e a gestão de política econômica despriorizaram os desequilíbrios inter-regionais do estado e promoveram a

ampliação da desigualdade econômica e social (Castro, 1969; Cano, 1985; Singer, 1977; Dulci, 1999; Barbosa, 2012).

Na segunda metade da década de 1950, o acúmulo das contradições do processo de desenvolvimento brasileiro, particularmente na forma de pronunciados desequilíbrios regionais, setoriais e sociais, resultou na consolidação da *questão regional* enquanto aspecto central do debate econômico e da agenda governamental. Multiplicaram-se as agências e políticas de desenvolvimento regional no plano nacional, como no caso da SUDENE, e no plano dos entes subnacionais, como no caso dos bancos de desenvolvimento regional. Em Minas Gerais, a partir da estrutura original de secretarias, especialmente a configuração surgida em meados da década de 1930, com destaque para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e a Secretaria de Viação e Obras Públicas, que respondiam pelas políticas de corte desenvolvimentista, entre as décadas de 1950 e 1970 formou-se um extenso arcabouço de aparelhos econômicos de Estado que racionalizou e dinamizou as ações no âmbito da concepção e da implementação das políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido se deve compreender a importância da criação de agências como o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG (1946), o Conselho Estadual de Economia e Administração (1951), as Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG (1952), o Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG (1962), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG (1962), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (1963), o Conselho Estadual de Planejamento (1964), o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI (1968), a Fundação João Pinheiro (1969), a Companhia de Distritos Industriais (1971) e a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (1975). Concomitantemente verificou-se a consolidação de corpo técnico no aparelho de Estado a forjar tecnocracia. No pós Segunda Guerra, no âmbito da ascensão de teorias relativas ao desenvolvimento econômico, forjaram-se matrizes teóricas específicas para os países periféricos, com destaque para a produção da CEPAL. O auge das técnicas de planejamento conduziu a níveis avançados de coordenação e de intervenção no processo de desenvolvimento (Tavares, 1972; Singer, 1977; Ianni, 1977; Diniz, 1981; Godoy, Barbosa, Barbosa, 2015).

Interrompida a construção democrática da Quarta República, o golpe civil-militar de 1964 impediu a realização de reformas estruturais progressistas que objetivavam a correção das distorções do modelo de desenvolvimento da substituição de importações e a construção de Estado de Bem-Estar Social. A consolidação de projeto de *modernização conservadora* no Regime Militar amplificou o fenômeno multidimensional da desigualdade, com a não resolução da *questão agrária*, da *questão urbana*, da *questão regional*, entre outras contradições. Autoritarismo, terrorismo de Estado, doutrina de segurança nacional, ideologia conservadora, anticomunismo, antissindicalismo, centralização político-administrativa, centralismo fiscal, política econômica de arrocho salarial, entre outros tantos fatores obstaculizadores de formas de organização e expressão popular e cerceadores de políticas alternativas de caráter progressista, adicionaram durante o Regime Militar novos entraves à resolução das contradições do processo de desenvolvimento brasileiro (Ianni, 1977; Silva, 1990).

O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, representa documento emblemático do problema do subdesenvolvimento regional, por reunir todos os aspectos fundamentais do *ciclo desenvolvimentista*. Contemplou interpretação da formação histórica de Minas Gerais no longo prazo, vasta e bem informada coleção de estudos sobre a economia mineira na década de 1960, conjunto de propostas de intervenção em várias esferas econômicas, assim como avançou prognóstico segundo as tendências identificadas nos estudos. O Diagnóstico foi elaborado por técnicos do BDMG e uma série de colaboradores de diversas especialidades, grande parte com vinculação a instituições acadêmicas. Engenheiros e economistas, identificados como os *profetas da catástrofe*, apresentaram perspectivas sombrias para a economia mineira e reivindicaram intervenção do Estado, segundo uma matriz desenvolvimentista de inspiração cepalina. O prognóstico pessimista estava associado, entre outros aspectos, aos efeitos da crise econômica instaurada no início da década de 1960, especialmente graves para os segmentos tradicionais da indústria mineira, que conheceram longo período de expansão desde o início da industrialização no final do século XIX. Adicionalmente, estes segmentos foram penalizados pela política econômica do Regime Militar, que consolidou o caráter monopolista e concentrador que assumiu o processo de industrialização desde meados da década de 1950. Nestes termos, superada a crise, a nova fase de crescimento sob o modelo da substituição de importações, iniciada no final da década de 1960, não alterou de forma significativa as tendências em curso de integração do mercado interno e de fortalecimento de divisão inter-regional do trabalho, a cristalizar o caráter complementar da indústria da periferia nacional em relação à indústria do polo, que respondia por mais de dois terços do valor da transformação industrial do País em 1970. Ante estas tendências, e outros tantos problemas estruturais da economia estadual, os autores do Diagnóstico afirmaram a necessidade da correção dos desequilíbrios regionais internos a Minas Gerais, da promoção de recuperação econômica do estado no plano nacional, bem como ressaltaram o imperativo de mitigação dos desequilíbrios sociais do processo de desenvolvimento (Castro, 1969; Cintra e Andrade, 1976; Diniz, 1981; Godoy, Barbosa, Barbosa, 2010).

Na última década do *ciclo desenvolvimentista* são identificáveis projetos arrojados e realizações proporcionalmente modestas com o objetivo de corrigir as desigualdades inter-regionais internas, nomeadamente os desequilíbrios econômicos e sociais, como se constata pelo exame das propostas e dos resultados dos três Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social (1971, 1975, 1979). A adoção de modelo de *modernização conservadora* pelo Regime Militar e segundo arquitetura institucional centralizada, somada às próprias hesitações e contradições das elites modernas mineiras, conduziram a baixa efetividade das medidas que visavam à correção do caráter concentrador e excludente do processo de desenvolvimento de Minas Gerais (Cintra e Andrade, 1976; Singer, 1977; Diniz, 1981; Muinhos, 1992).

O malogro dos intentos de desenvolvimento social e de redução dos desníveis internos não impediu o forte crescimento econômico de Minas Gerais na década de 1970. Um conjunto de aspectos contextuais, internos e externos, favoreceu a expansão industrial mineira, sobretudo o excesso de liquidez internacional, a estabilidade política interna do Brasil, as iniciativas do Governo Estadual para atração de capitais externos e o pacote de investimentos públicos federais.

Segundo regime de concessão de benefícios e incentivos excepcionais, além do êxito do provimento de infraestrutura para a indústria, logrou-se resposta efetiva do capital estrangeiro, como no caso emblemático da Fiat Automóveis, conquanto tenha resultado em maciça transferência de renda do setor público para o setor privado estrangeiro. Os setores dinâmicos da indústria mineira (bens intermediários, bens de capital e bens duráveis de consumo) concentraram os capitais públicos nacionais e capitais privados estrangeiros, enquanto os setores tradicionais (bens de consumo não duráveis) concentraram os capitais privados nacionais. O efeito do crescimento industrial sobre o emprego evidenciou o caráter concentrador, pelo aumento permanente da relação capital/trabalho, pelas taxas de crescimento industrial maiores do que as taxas de crescimento do emprego industrial, pela apropriação pelo capital dos ganhos de produtividade, e pelo decréscimo acentuado da participação dos salários na composição do produto industrial (Singer, 1977; Diniz, 1981; Garcia e Andrade, 2007; Diniz, 2010).

A participação do empresariado mineiro como sócio menor do processo de industrialização regional, ante o protagonismo do Estado empresário na indústria de base e ante a captura dos segmentos industriais mais dinâmicos pelo capital estrangeiro, pode ser compreendida como resultado de uma série de equívocos e/ou debilidades que remontavam a última quadra do século XIX. Como discutido alhures, a não formulação de um projeto de desenvolvimento regional no transcurso da *oportunidade histórica* redundou na conformação do quadro de perda de substância econômica e de atraso relativo diagnosticados na passagem do século XIX para o século XX. Entre outras consequências, esta ausência de protagonismo das elites regionais retardou a formação de burguesia industrial cônica dos seus interesses, fragilizada, portanto, ante as relações de cooptação, via conciliação, com as elites tradicionais. Em outros termos, favoreceu o esvaziamento do caráter revolucionário das elites modernas. A tardia formação da burguesia industrial, enquanto fração de classe, coincidiu com o processo em estágio avançado de periferização da economia de Minas Gerais, bem como com a sedimentação de padrões e valores de caráter conservador que lhes impediram ação assertiva no âmbito das transformações em curso. Assim, se pode afirmar que fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e psicossociais engendraram empresariado que não estava dotado dos requerimentos para capitanear o processo de desenvolvimento regional (Diniz, 1981; Dulci, 1999).

Afirmar a posição subalterna do empresariado não implica desconhecer a participação das elites modernas no debate, na proposição e na execução de políticas públicas referentes ao processo de industrialização. Direta ou indiretamente e, sobretudo, por meio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, da Associação Comercial Mineira – ACM e da Sociedade Mineira de Engenheiros, empresários e engenheiros participaram da construção do aparato institucional desenvolvimentista, da superação dos gargalos infraestruturais, da concepção da política industrial e da gestão da política econômica. Por razões históricas, estruturais e conjunturais, não se apresentaram dotados dos requerimentos para se constituírem com os principais beneficiários dos ciclos de crescimento (Delgado, 1997; Godoy, Barbosa, Barbosa, 2015).

Sob o *modelo da economia regional periférica* cresceram-se novas determinantes da diversidade estrutural da população mineira, nomeadamente a industrialização, a urbanização e a

modernização do campo. A tomada de consciência do problema da desigualdade despontou associada às próprias contradições da passagem para estrutura social moderna. Desigualdade discernível no plano horizontal, pelas clivagens inter-regionais internas a Minas Gerais, e no plano vertical, pelos diferenciais de renda e patrimônio que perpassavam todas as formações regionais brasileiras. Destacável a mudança entre a dinâmica demográfica do século XIX, caracterizada por taxas de crescimento acima da média nacional e por estoque no final do período superior a um quinto da população brasileira, e a dinâmica demográfica do século XX, caracterizada por ritmo relativamente lento de crescimento decorrente de grande transferência de população e por estoque no final do período em torno de um décimo da população nacional. A dificuldade de efetivar projeto de desenvolvimento conduziu Minas Gerais à posição de principal origem, em termos absolutos e relativos, da população emigrante do período republicano. A massiva transferência de população para outros estados resultou do baixo dinamismo relativo da economia mineira, em quadro de elevado estoque populacional no início do movimento emigratório, sobreposto por elevadas taxas de crescimento vegetativo ao longo do período (Brito, Souza, 1995; Matos, 1995; Brito, Horta, 2002).

A vertente de desenvolvimento nacional hegemônica a partir da década de 1950 favoreceu a concentração do crescimento urbano-industrial em determinadas regiões de Minas Gerais. Portanto, os desníveis internos de desenvolvimento pré-existentes foram ampliados por padrão de locação industrial determinado por um conjunto de fatores de atração de investimentos, expressos em vantagens comparativas decorrentes de economias externas, de economias de aglomeração e de economias de escala. Como desdobramento, observaram-se também desníveis no fenômeno da grande emigração, seja por redistribuição populacional interna a Minas Gerais originada de regiões menos dinâmicas em direção a regiões mais dinâmicas, seja por saída de população em direção a outros estados, também proporcionalmente mais incidente nas regiões menos dinâmicas. No âmbito interno, observou-se o movimento de expansão nas últimas fronteiras, especialmente no Leste e Noroeste do estado, bem como o *inchaço* das grandes cidades, particularmente Belo Horizonte, que no final do *ciclo desenvolvimentista* exercia polarização sobre grande parte de Minas Gerais e de frações de territórios de outros estados. No âmbito externo, processou-se a emigração, em escala menor, em direção a fronteiras agrícolas de outras macrorregiões, sobretudo o Centro-Oeste e o Norte, e, em escala maior, para grandes centros urbano-industriais e de serviços, com destaque para a cidade de São Paulo. Fundamento central destes movimentos de transferência populacional, verificou-se a conversão da economia e sociedade brasileira de estrutura rural-agrícola para estrutura urbano-industrial e de serviços, bem como a consolidação da *questão agrária* entre as décadas de 1950 e 1960. Conquanto esta conversão seja inerente a processos de modernização econômica em geral, no caso brasileiro foi decisivamente impulsionada pelo caráter conservador e pela lentidão da modernização no campo (Singer, 1977; Diniz, 1981; Szmrecsányi, 1995; Brito, Souza, 1995; Matos, 1995; Brito, Horta, 2002; Delgado, 2005).

A *questão agrária* no Brasil formou-se e consolidou-se segundo a sobreposição dos processos iníquos de concentração fundiária, de interdição do acesso democrático a terra, de expropriação, de expulsão de excessos de trabalhadores rurais, de minifundização e

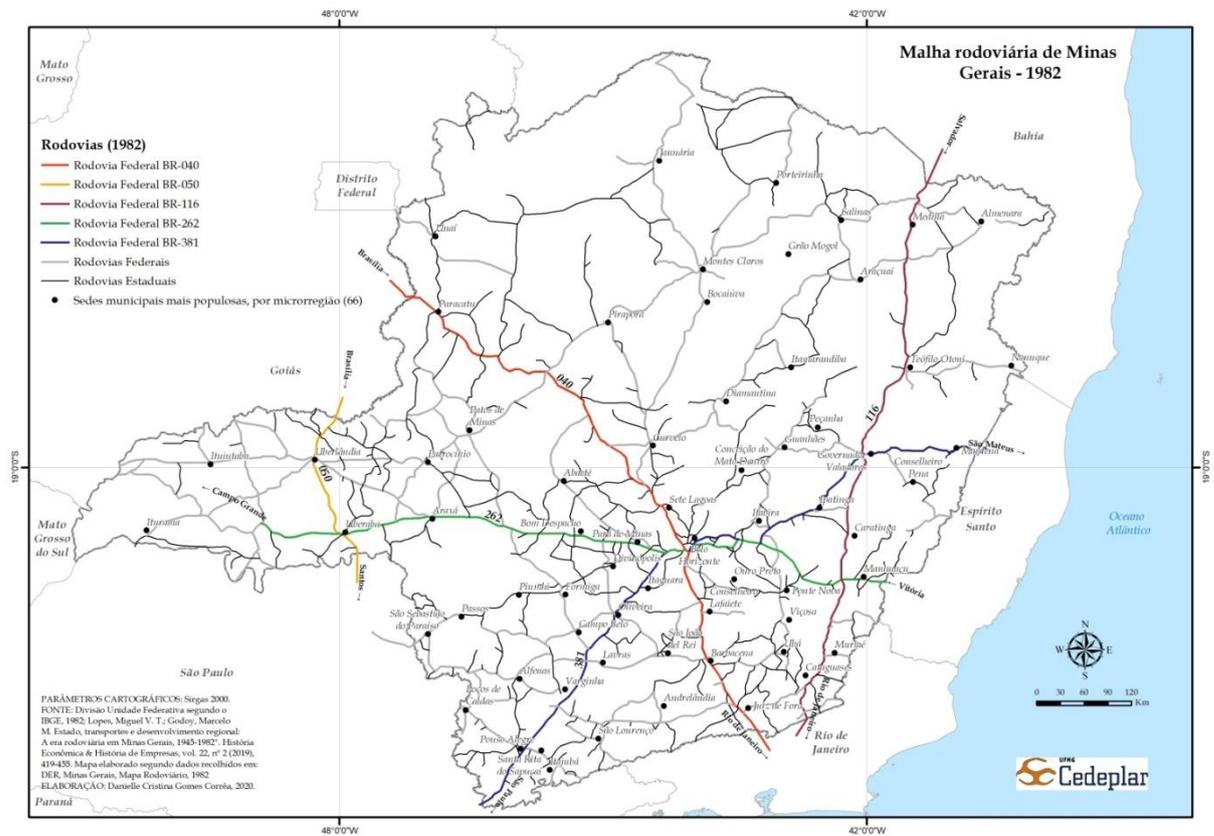
impossibilidade de reprodução das formas camponesas, de conversão da terra em reserva de valor, de atração exercida pela frente pioneira e da pressão da frente agrária sobre os posseiros, e de múltiplas formas de reinvenção da escravidão por potentados rurais, que costumeiramente controlam a violência policial e os mecanismos judiciais de resolução de conflitos nos planos local e regional. Nesse sentido, as grandes cidades exerceram forte atração pela perspectiva de acesso a trabalho, a renda, a moradia, a serviços públicos de saúde, educação, saneamento, entre outros. Antes do final da década de 1960, no Brasil estava consumada a transição do predomínio da população rural para o predomínio da população urbana, sem que as promessas que impulsionaram os movimentos migratórios estivessem minimamente próximas de se realizar. Ao contrário, no transcurso do século XX, verificou-se sistematicamente a transferência da pobreza e da miséria do campo para a cidade (Szmrecsányi, 1995; Delgado, 2005).

Desde a década de 1930, nova fase do processo de integração do mercado interno nacional acelerou a transição da *era ferroviária* para a *era rodoviária*. A expansão da economia de São Paulo conformou dependência crescente da conquista de mercados consumidores de outras regiões, sobretudo com a passagem a estágio mais avançado do processo de industrialização, que aumentou a complementaridade do polo nacional e as economias regionais periféricas. Portanto, o *rodoviarismo* se fundamentou no imperativo de superar os limites da incipiente integração do mercado interno nacional promovida pela malha ferroviária, bem como os limites técnicos e econômicos dos transportes tradicionais. No pós Segunda Guerra, identificados esses gargalos infraestruturais, o Governo Federal e os governos dos estados empreenderam arrojada política de expansão da malha rodoviária, com destaque para o crescimento das rodovias em Minas Gerais, sobretudo como decorrência da localização geográfica do estado no centro do sistema de transportes nacional (Lopes, Godoy, 2019).

O sistema rodoviário implantado em Minas Gerais, entre 1940 e 1980, resultou prioritariamente dos referidos movimentos expansivos do polo dinâmico de São Paulo e, em menor escala, do polo do Rio de Janeiro, bem como da necessidade de interiorização e integração do território nacional. Nesse sentido, o Governo Federal construiu e pavimentou uma série de rodovias troncais interligando o centro de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, rodovias interligando o Triângulo Mineiro a São Paulo e Brasília, e também a rodovia Rio-Bahia, que corta o estado de Sul a Norte. O Governo do Estado de Minas Gerais construiu uma série de rodovias estaduais cujo principal objetivo era o de complementar a rede troncal federal, sem maiores preocupações com relação à possível desintegração da economia regional, facilitando assim a formação e consolidação de áreas de influência de polos externos (Lopes, Godoy, 2019).

Nas décadas de 1940 e 1950, o *rodoviarismo* mineiro caracterizou-se por um modelo de integração não dependente, dada a vigência de diretriz política que ainda pretendia a diversificação da economia mineira, bem como pelo fato do processo de integração do mercado interno brasileiro se encontrar parcialmente efetivo. Em sentido distinto, nas décadas de 1960 e 1970, prevaleceu integração inter-regional periférica a presidir o *rodoviarismo* mineiro, que favoreceu a consolidação da especialização produtiva de Minas Gerais como fornecedor de matérias-primas e bens intermediários (Lopes, Godoy, 2019).

A expansão dos transportes sob o *rodoviarismo* foi condicionada pelas características da economia de Minas Gerais, isto é, os espaços em que relações capitalistas se estabeleceram mais rapidamente foram aqueles que conheceram primeiro o desenvolvimento de infraestrutura de transportes moderna, para além da mencionada relevância da localização geográfica do estado, que determinou que importantes troncos rodoviários federais cortassem o território e, em alguns casos, convertesse Belo Horizonte em irradiadora de rodovias. No que diz respeito ao processo de expansão das vias, assim como sob o *ferroviarismo*, prevaleceu larga e, comumente, irregular apropriação privada de recursos públicos durante todo o processo de modernização (Lopes, Godoy, 2019).



Na década de 1980, a desigualdade multidimensional, a principal contradição herdada do *ciclo desenvolvimentista*, se sobrepôs definitivamente à diversidade. Os desníveis de desenvolvimento social das regiões mineiras não apenas mostraram-se resilientes ante a um conjunto de políticas do Governo Federal e do Governo Estadual, como tenderam a se agravar entre 1930 e 1980. Os diferenciais de renda entre as regiões mineiras expressavam o caráter espacialmente concentrador resultante da forma como Minas Gerais se inseriu na divisão inter-regional do trabalho. Os benefícios da integração periférica se concentraram fortemente nas regiões polarizadas pela economia de São Paulo (FJP-IPEA, 1996; Figueiredo e Diniz, 2000; Amaral, Lemos, Chein, 2010; Figueiredo e Resende, 2013; Lacerda, 2019).

No interciclos de transição da década de 1980, quando do esvaziamento progressivo das políticas de corte desenvolvimentista e da concomitante gradual emergência de políticas de matriz liberal, Minas Gerais apresentou inflexão no sentido de pronunciada desaceleração do crescimento econômico. A indústria conservou perfil semelhante ao da década anterior, com significativa concentração em bens intermediários. Consolidado o modelo de modernização promotor de especialização assente na tecnificação e em subsídios fiscais, e o conseqüente recuo da tradicional produção diversificada, a agropecuária mineira defrontou-se com adversidades que resultaram no recuo da participação relativa na produção nacional e a perda da liderança setorial para São Paulo (Nabuco, 1988; Garcia e Andrade, 2007; Diniz, 2010; Almeida e Souza, 2014; Lacerda, 2019).

O *ciclo neoliberal* se abriu com a vigência das políticas prescritas pelo Consenso de Washington, em contexto de disputa entre o Estado Social pactuado na Constituição de 1988 e defendido por setores populares e progressistas e o Estado Mínimo pretendido pelas classes dominantes. Na década de 1990, foram seriamente comprometidos os ordenamentos legais, os aparelhos estatais, os corpos técnicos e os instrumentos desenvolvimentistas que facultavam o planejamento, a regulação e a indução do sistema econômico, portanto, de coordenação do processo de desenvolvimento pelo Estado, seja no plano nacional, seja no plano dos entes subnacionais, como no caso de Minas Gerais. O tardio consenso neoliberal brasileiro promoveu a formação de um novo bloco dominante, comandado em sua fração hegemônica pelo capital financeiro internacional, por grandes grupos econômico-financeiros nacionais e pelo capital produtivo multinacional. Entre as prescrições e medidas são destacáveis a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária, juros e câmbio de mercado, a abertura comercial, a privatização de estatais, o investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, o direito à propriedade intelectual e a desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas). Os resultados não virtuosos se manifestaram na forma de efeitos negativos sobre o crescimento econômico, de forte aumento da vulnerabilidade externa, de expansão dos passivos externos e da dívida pública, de fragilização do balanço de pagamentos, de crescente engessamento da política fiscal, de grande vulnerabilidade da política monetária a fatores externos, de crescimento do capital internacional na economia brasileira, de desindustrialização, de reprimarização, de concentração da renda e da riqueza, de crescimento do desemprego e do subemprego, de êxodo rural, de aumento da marginalização e miséria urbanas, de regressão de direitos sociais, de precarização das relações de trabalho, de crescimento da desigualdade, e de inclinação para inserção periférica e dependente no sistema capitalista. A *questão regional* nas políticas públicas transitou de estratégias de cooperação e mitigação de desequilíbrios, para estratégias de competição, sobretudo por meio de práticas de guerra fiscal em aberto conflito federativo. Entre o modelo da substituição de importações e o modelo neoliberal, as políticas de desenvolvimento regional sofreram o duplo revés da perda de coordenação por parte do Estado, com o conseqüente esvaziamento do planejamento, e da deterioração do quadro econômico, com taxas de crescimento reduzidas (Batista, 1994; Carneiro, 2002; Filgueiras, 2006; Cano, 2008; Rezende, 2011).

Em Minas Gerais, o recuo de políticas desenvolvimentistas foi amplificado pelo controle do Governo Estadual, entre o início da década de 1990 e meados da década de 2010, por grupo no poder de orientação neoliberal. Assim, promoveram-se políticas que resultaram na redução do papel do Estado, em ajuste das finanças públicas, em programa de desestatização, na concessão ao setor privado da exploração de bens e serviços públicos segundo regime de incentivos fiscais, em parceiras público-privadas, na implantação de modelo de Estado Gerencial, na ampliação das exportações de minerais associada à regressão da estrutura produtiva regional, na prioridade conferida à produção de bens intermediários para setores dinâmicos da economia nacional, na concentração dos investimentos em determinadas regiões do estado e na persistência do baixo dinamismo econômico e de piores indicadores sociais nas demais regiões. Em síntese, buscou-se modelo de desenvolvimento alicerçado no recuo das prerrogativas e funções do Estado e no fortalecimento da autonomia dos mecanismos de mercado (Figueiredo e Diniz, 2000; Garcia e Andrade, 2007; Amaral, Lemos, Chein, 2010; Queiroz, Golgher, Amaral, 2010; Figueiredo e Resende, 2013; Lacerda, 2019; Vieira, 2019).

Embora na primeira década e meia do século XXI políticas do Governo Federal, orientadas por ensaio social-desenvolvimentista, promovessem a mitigação de desequilíbrios regionais internos a Minas Gerais, por meio da redução da desigualdade multidimensional, a estrutura produtiva das regiões mineiras conheceu poucas alterações, constituindo-se em obstáculo a redução sustentável das disparidades inter-regionais internas. A disjunção entre o caráter da política econômica nos planos nacional e regional, social-desenvolvimentista e neoliberal, respectivamente, conheceu certa inversão no período governamental seguinte, com a retomada do planejamento pelo Governo Estadual desde 2015, com o objetivo de corrigir desequilíbrios regionais internos. Entretanto, em contexto adverso, pela desaceleração da economia mundial, que impactou na demanda e preços das commodities, bem como pela ruptura institucional de 2016, que objetivou e promoveu a ascensão de diretriz ultraliberal no Governo Federal, segundo os interesses dominantes do capital financeiro no âmbito do consórcio que promoveu o golpe parlamentar. Desde 2019 estabeleceu-se convergência entre a política econômica do Governo Federal e a política econômica do Governo Estadual de Minas Gerais, colocando fim a efêmera e pouco efetiva experiência de retorno do Estado e do planejamento no enfrentamento dos desequilíbrios inter-regionais internos a Minas Gerais (Amaral, Lemos, Chein, 2010; Diniz, 2010; Pinho, Rocha, Brito, 2012; Souza, Leal Filho, Viana, 2016; Santos, 2017; Lacerda, 2019; Vieira, 2019).

Assim, desde 2015, fatores econômicos, políticos, institucionais e sociais, nos planos nacional e internacional, definiram ciclo adverso e se sobrepuseram a problemas estruturais de Minas Gerais. Reduziram o potencial de transformação da economia regional, no sentido da alteração do padrão de inserção na economia nacional, concentrado na complementaridade segundo a especialização na produção de bens intermediários, e no sentido da reversão de padrão de inserção na economia internacional, ancorado excessivamente na exportação de minerais e de bens agrícolas, que também significa complementaridade regressiva. Ambos os padrões de inserção remontam à década de 1950, não obstante a mineração para exportação e o agronegócio

do cerrado ganhassem impulso a partir da década de 1970 (Santos, Barbieri, Machado, Carvalho, 2012; Lacerda, 2019).

Conquanto tenha conhecido dinamização nos setores primário e secundário desde a década de 1970, sobretudo com a modernização agrícola e a implantação da indústria automobilística, a economia mineira mostrou-se resiliente quanto à hegemonia do segmento minero-siderúrgico. Como ressaltado, o caráter espacialmente excludente do processo de desenvolvimento no pós Segunda Guerra promoveu o aprofundamento das disparidades inter-regionais internas ao estado. Assim, nos dois principais ciclos de crescimento econômico do Brasil no período republicano, na Quarta República e no Regime Militar, a dinâmica expansiva concentrou-se em determinadas regiões de Minas Gerais. Também são destacáveis os efeitos de polarização por contiguidade espacial de São Paulo sobre o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, que se beneficiaram da realocação de investimentos no âmbito da desconcentração produtiva regional a partir da década de 1970, e que se estendeu pelas décadas seguintes. No *ciclo neoliberal* a economia de Minas Gerais apresentou baixo dinamismo, traduzido em taxas de crescimento inferiores a média nacional, em perda de densidade da indústria de transformação, em regressão reprimarizante da estrutura econômica, em baixa capacidade de atração de investimentos, e em aumento dos desequilíbrios socioeconômicos internos ao estado (Diniz, 1981; FJP-IPEA, 1996; Figueiredo e Diniz, 2000; Queiroz, Golgher, Cano, 2008; Amaral, Lemos, Chein, 2010; Diniz, 2010; Figueiredo e Resende, 2013; Almeida e Souza, 2014; Lacerda, 2019; Vieira, 2019).

Se na primeira grande etapa da formação histórica mineira, a compreender os períodos colonial e imperial, a escravidão se constituiu no fundamento da economia e da sociedade, na segunda grande etapa, que compreende o período republicano, o crescimento sem equidade fundamentou o movimento que completou o longo caminho da diversidade à desigualdade. Decorrido mais de um século, desde a tomada de consciência de desequilíbrios inter-regionais e a concomitante reação desenvolvimentista, as elites dirigentes, em especial a fração moderna, de forma deliberada ou de forma hesitante, alheou-se ao imperativo emancipatório de promover modelo de desenvolvimento com equidade, que resultou na consolidação dos acentuados desequilíbrios regionais e desigualdades sociais de Minas Gerais.

## REFERENCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. "Aspectos da geografia econômica do Brasil" Em: HOLANDA, Sérgio B. de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difel, 1960.
- ALMEIDA, Thiago Rafael C. de; SOUZA, Carla Cristina A. de. "Evolução da estrutura industrial de Minas Gerais no período 1960-2010: uma análise frente aos demais estados da federação". **Anais do XVI Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2014.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- AMARAL, Pedro V.; LEMOS, Mauro B.; CHEIN, Flávia. "Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de métodos de análise multivariada". **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Editora PUC Minas, 2008.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. Tese de Doutorado.
- BARBOSA, Daniel Henrique D.; BARBOSA, Lidiany S. "Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas". **Caderno CRH**, v. 23, 2010.
- BARBOSA, Lidiany Silva. **Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora: Estado, elites regionais e as contradições da política de transportes no início da modernização – Minas Gerais, 1835-1889**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2011. Tese de Doutorado.
- BARBOSA, Lidiany S.; GODOY, Marcelo M.; MENDES, Philipe S. "Transportes e finanças públicas: contribuição para o estudo do lugar do dispêndio em infraestrutura viária nos orçamentos provinciais e municipais de Minas Gerais, 1835-1889". Em: GOULARTI FILHO, Alcides e QUEIROZ, Paulo Roberto C. (Org.). **Transportes e formação regional**, p. 237-268. Dourados: Editora UFGD, 2011.
- BATISTA, Felipe A.; BARBOSA, Lidiany S.; GODOY, Marcelo M. "Transportes, modernização e formação regional – subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940". **Revista de História Regional**, 17 (1), p. 162-203, 2012.
- BATISTA, Felipe Alvarenga. **Aurea Sacres Fame: O longo século XVIII das Minas Gerais (1693 - 1792)**. Rio de Janeiro: PEPI/UFRJ, 2019. Tese de Doutorado
- BATISTA, Paulo Nogueira. "O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos". Em: SOBRINHO, Barbosa Lima. **Defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. "Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população". **Anais do X Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. “Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas do Brasil”. **Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1995.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil, 1970-2005**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE/Unicamp, 2002.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Escola de Minas de Ouro Preto – O peso da glória**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.
- CINTRA, Antônio Octavio; ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. “Planejamento e desenvolvimento, notas sobre o caso de Minas Gerais”. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: volume 10, número 2, 1976.
- COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições: a transição para o trabalho livre em Minas Gerais**. Campinas: Unicamp, 2006. Dissertação de Mestrado.
- COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo: EDEC, 1982.
- COSTA, Iraci Del Nero da. “Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX”. **Ensaios Econômicos 7**. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- COSTA FILHO, Miguel. **A cana-de-açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- CRAVO, Têlio Anísio. **Construindo pontes e estradas no Brasil Império. Engenheiros e trabalhadores nas Minas Gerais (1835-1889)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- DELGADO, Guilherme Costa. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

- DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, Gustavo Figueiredo Campolina. **Indústria mineira: mudanças estruturais e aglomerações territoriais**. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação de Mestrado
- DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. “Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral”. **Fronteiras Revista de História**, Dourados, v. 10, n. 17, 2008.
- FARIA, Maria Auxiliadora. **A política da gleba, as classes conservadoras mineiras: discurso e prática na Primeira República**. São Paulo: USP, 1992. Tese de Doutorado.
- FIGUEIREDO, Anna Tereza Lanna; DINIZ, Clélio Campolina. “Distribuição regional da indústria mineira”. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.10, n.2, dezembro de 2000.
- FIGUEIREDO, Lízia de; RESENDE, Guilherme Mendes. “Crescimento econômico em Minas Gerais, 1970-2010”. **Cadernos BDMG**, Publicação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Número 22, abril de 2013.
- FILGUEIRAS, Luiz. “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. Em: BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais – 1970, 1980 e 1991**. Belo Horizonte: FJP e IPEA, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GARCIA, Junior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. “Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000)”. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (12): 155-182, jan. 2006/dez. 2007.

- GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. “Os registros paroquiais de terras na história e na historiografia: estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais”. **História Econômica & História de Empresas**, XIII, 1 (2010), 2010.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. **Texto para discussão n.º. 109**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo M.; BARBOSA, Daniel Henrique D.; BARBOSA, Lidiany S. “Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais”. **Revista Nova Economia**, v. 20. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.
- GODOY, Marcelo M.; BARBOSA, Lidiany S.; BARBOSA, Daniel Henrique D. “Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico - Engenheiros, economistas e empresários mineiros e a percepção das relações entre o nacional e o regional no quadro da modernização econômica brasileira (1930-1970)”. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 24, p. 481-507, 2015.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Coleção População & Economia, Cedeplar/UFMG, 2019.
- GODOY, Marcelo M.; PAULA, André Antônio H. de; BARBOSA, Lidiany S. “Entre o conservadorismo orçamentário e o desenvolvimento regional: finanças públicas e infraestrutura de transportes em Minas Gerais na Primeira República”. Em: **América Latina en la Historia Económica**, v. 24, n. 2, p. 148-200, 2017.
- GODOY, Marcelo M.; BARBOSA, Lidiany S.; CAMINI, Thiago A. S.; FONSECA, Diego F.; CORREA, Danielle C. G. “Região, população e transportes em Minas Gerais na Era Vargas”. **Topoi Revista de História**, v. 18, p. 274-302, 2017.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- GUERZONI FILHO, Gilberto. **Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, UFMG, 1983.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. “Agricultura e mineração no século XVIII”. Em: RESENDE, Maria E. L. de e VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais – As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metals e pedras preciosas”. Em: HOLANDA, Sérgio B. de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difel, 1960.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

- IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. Em: HOLANDA, Sérgio B. de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1964.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Política econômica do estado de Minas Gerais, 1890-1930”. Em: **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: 1987.
- LACERDA, Gabriel do Carmo. **Desenvolvimento e planejamento estadual em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. Dissertação de Mestrado.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. Em: **Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultural, 1979.
- LOPES, Miguel Victor Tavares; GODOY, Marcelo Magalhães. “Estado, transportes e desenvolvimento regional: a era rodoviária em Minas Gerais, 1945-1982”. **História Econômica & História de Empresas**, vol. 22, nº 2, 419-455, 2019.
- LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios**. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- MARTINS, Roberto Borges. **Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: ICAM, ABPHE, 2018.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **A economia política do café com leite, 1900-1930**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **O segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida e ICAM, 2009.
- MATOS, Ralfo. “Aspectos econômicos e retrospecto histórico das migrações em Minas Gerais”. **Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1995.
- MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José Maria dos; RODARTE, Mario Marcos S. “Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica na

- província de Minas Gerais entre as décadas de 1830 e 1870". Em: **Anais do XII Seminário sobre a economia mineira**. BH: UFMG/Cedeplar, 2006.
- MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico: abastecimento alimentar em Minas Gerais setecentista**. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. "Gênese e estrutura da cidade mineradora". **Texto para discussão n.º 164**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001.
- MUINHOS, Marcelo Kfoury. "O alcance do planejamento estadual no Brasil: os planos mineiros de desenvolvimento da década de 70". **Anais do VI Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1992.
- NABUCO, Maria Regina. "Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura". **Anais do IV Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1988.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Tese de Doutorado.
- PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PAULA, João Antônio de. "O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história". **História Econômica & História de Empresas**, v. 1, 2002, pp. 7-39.
- PINHO, Breno A. T. D.; ROCHA, Alane Siqueira; BRITO, Fausto. "Distribuição espacial da população em Minas Gerais: uma análise sobre a pobreza". **Anais do XV Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2012.
- PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria - Juiz de Fora (1889/1930)**. Juiz de Fora: Editora Funalfa, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- QUEIROZ, Bernardo L.; GOLGHER, André B.; AMARAL, Ernesto F. L. "Mudanças demográficas e condições econômicas e sociais em Minas Gerais". Em: OLIVEIRA, Fabrício A.; SIQUEIRA, Wilson B. **As muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2010.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG, PROED, 1982.

- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Itinerários e interditos na territorialização das Gerais”. Em: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais – As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007a.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Brasis coloniales: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas”. Em: RESENDE, Maria E. L. de e VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais – As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007b.
- RESTITUTTI, Cristiano C. **As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais**. Araraquara: UNESP, 2006. Dissertação de Mestrado.
- REZENDE, Fernando. “Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução”. **Texto para Discussão n. 4**. Brasília: CEPAL, IPEA, 2011.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida - terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado. Minas Gerais, 1830**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- RODARTE, Mário Marcos S.; GODOY, Marcelo M. “Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na década de 1830”. **Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.
- RODARTE, Mario M. S.; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo F. “Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX”. **História Econômica & História de Empresas**, v. VII, n.1, 2004.
- RUSSELL WOOD, Anthony John R. “O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750”. Em: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.
- SAES, Alexandre M.; CASTILHO, Fábio Francisco de A. “Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. Em: SAES, Alexandre M.; MARTINS, Marcos L.; GAMBI, Thiago F. R. (orgs.). **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2016.
- SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; MACHADO, Carla Jorge; CARVALHO, José Alberto M. de. “Minas Gerais e o marco do início do processo de ocupação do Cerrado Brasileiro: o papel do Estado”. **Anais do XV Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2012.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida – O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SARAIVA, Luiz Fernando; SILVA, Lílian França da. “Minas Gerais, regionalização e identidade, 1821 – 1893”. **Anais do XIV Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2010.

- SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A Modernização autoritária: do golpe à redemocratização, 1964/1985” e “Brasil, em direção ao século XXI”. Em: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, Carla; LEAL FILHO, Raimundo; VIANA, Raquel. “Desigualdade nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais: período 2000 a 2013”. **Anais do XVII Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2016.
- SUPRINYAK, Carlos E.; RESTITUTTI, Cristiano C. “Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX”. **Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. “O desenvolvimento da produção agropecuária, 1930-1970”. Em: FAUSTO, Boris (dir.), **História geral da civilização brasileira**, Tomo III, 4º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial” Em: FURTADO, Júnia F. (org.). **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- VIEIRA, Danilo Jorge. “Estado e desenvolvimento econômico em Minas Gerais no período recente”. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 274-310, mai./ago. 2019.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico”. **Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre: 2000.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP, 1951.